



IPCB


Revista
do Instituto Politécnico
de Castelo Branco

Ano 0 nº 1
Outubro 2010
ISSN 1647-9335
Distribuição Gratuita

20 ANOS

1

Ao Serviço
do Conhecimento
e das Pessoas



Ano 0 | N. 1 | Outubro de 2010

Propriedade:
 Instituto Politécnico de Castelo Branco
 Av. Pedro A. Cabral n.º 12
 6000 084 Castelo Branco

Director:
 Carlos Manuel Leitão Maia

Editor:
 José Carlos Dias Duarte Gonçalves

Editores Executivos:
 António Camões, Rui Monteiro

Projecto Gráfico:
 Rui Tomás Monteiro

Capa:
 Rui Filipe Soares Salgueiro

Paginação:
 Serviços Editoriais e de Publicação do IPCB

Impressão:
 Serviços Editoriais e de Publicação do IPCB

Periodicidade: Semestral
Tiragem: 1.000 ex.
ISSN: 1647-9335
 Depósito Legal n.º 322600/11
 Distribuição gratuita

©

ENTREVISTA



- 4 Carlos Maia**
 Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco

OPINIÃO

- Pedro Manuel Barbosa Veiga **11**
 Eduardo Marçal Grilo **13**
 Vergílio António Pinto de Andrade **16**
 Valter V. Lemos **21**
 Ana Maria Baptista Oliveira Dias Malva Vaz **23**
 Paulo Regalo **27**

INVESTIGAÇÃO

- 29** As deslocações casa-escola nas cidades

PERFIL

- Maria do Carmo Horta **32**
 Carlos Antunes **34**
 Maria de Fátima Silva **36**

COMUNIDADE

- 38** A ESART no contexto da oferta pública das Artes Visuais
41 IPCB e IPC assinam Protocolo
42 IPCB apoia fábrica Meskliflower
42 IPCB colabora com Methodus Inovação
42 IPCB coopera com multinacional

ACADEMIA

- Poliempreende, um património e legado do IPCB **43**
 Inglês no Ensino Superior: Oportunidade e necessidade **47**

PRÉMIOS

- 54** Aluna da ESART Vence IKEA Design Contest
56 Docentes da EST distinguidos em Espanha
57 Projecto BioAromas ganha prémio
57 Educação para os Media premiado
57 Melhor estágio da Região Centro

Editorial

Ao comemorarmos o 30º aniversário do Instituto Politécnico de Castelo Branco, é com enorme satisfação e expectativa que promovemos o lançamento deste primeiro número da revista do IPCB.

Com esta publicação, de periodicidade semestral, baseada na reflexão e nos artigos de opinião pretende-se reforçar a divulgação do IPCB e da sua comunidade, constituindo, simultaneamente, mais um elemento agregador de toda a Instituição.

Procurámos, neste primeiro número, recolher o testemunho de personalidades que, reconhecidamente, tiveram e têm um papel fundamental na trajectória de desenvolvimento da Instituição.

Procurámos, ainda, receber o contributo de actuais colaboradores e alunos, num sentimento de demonstração do eclectismo que pretendemos venha a ser um elemento caracterizador da revista.

Para o seu lançamento foi deliberadamente escolhido este marcante momento da vida do IPCB, porque pretendemos, também desta forma, homenagear simbolicamente toda a comunidade académica e todos aqueles que em diferentes etapas e contextos que compõem a história da Instituição, têm contribuído para a concretização da sua missão, para a afirmação dos seus princípios e para o reconhecimento dos seus valores.

A revista do Instituto Politécnico de Castelo Branco é para todos nós. Compete-nos contribuir para que tenha uma continuada e longa vida.

Carlos Manuel Leitão Maia
Presidente do IPCB

ENTREVISTA

Carlos Maia

Presidente do
Instituto Politécnico de Castelo Branco

O IPCB é determinante no desenvolvimento da região

Trinta anos depois, e num cenário de profunda crise económica em que Portugal está mergulhado, o Presidente do IPCB considera que a instituição “terá um papel central para ajudar a região e o país a enfrentar e ultrapassar a crise, através de uma sólida formação científica, técnica, cultural e humanista das novas gerações, pela valorização económica e social do conhecimento, pela valorização da formação ao longo da vida, pela capacidade de requalificar activos, de acreditar competências, de promover a reconversão profissional”.

Revista IPCB - Prestes a comemorar os trinta anos da Instituição e tendo completado um ano de mandato como Presidente do IPCB, que balanço faz deste primeiro ano de funções?

Presidente - Foi um ano de profunda reorganização, com a adequação e adaptação do Instituto às novas realidades e exigências do novo modelo de ensino superior, decorrentes do novo regime jurídico e do novo estatuto da carreira docente. Houve a homologação dos estatutos das escolas, foram eleitos e empossados os novos directores e procedeu-se à instalação dos restantes órgãos da Instituição. Foi também um ano de ampla regulamentação, no âmbito dos recursos humanos, dos serviços académicos, da prestação de serviços, das relações internacionais, do CEDER. Foi aprovado pelo Conselho Geral o Plano Estratégico do IPCB

para o próximo quadriénio. A par desta reorganização foram já implementadas, de acordo com o cronograma previsto, algumas medidas relativas a cada um dos eixos considerados estratégicos: ensino e formação, recursos humanos, investigação e desenvolvimento, internacionalização e gestão. Há ainda a salientar o extenso trabalho que tem sido efectuado em parceria com todas as unidades orgânicas, no sentido de vir a ser obtida brevemente a certificação da qualidade pela norma ISO 9001:2008 nas áreas dos recursos humanos, académicos, gestão e de acção social.

Como avalia a importância do Politécnico de Castelo Branco, para a região e para o país num momento de profundas mudanças económicas e sociais, em que se assiste a um crescente processo de reorganização das IES por toda a Europa

numa perspectiva de maior competitividade?

É esperado que uma instituição de ensino superior tenha um papel central no desenvolvimento da região onde está inserida e o IPCB tem desempenhado esse papel de forma determinante. A criação e a instalação do Instituto Politécnico em Castelo Branco foi um dos acontecimentos que mais contribuiu para o desenvolvimento da região. Seguramente que a região não seria a mesma sem a existência do IPCB. Todo o investimento que desde há 30 anos tem vindo a ser feito no IPCB tem valorizado enormemente a região, não só em termos de infra-estruturas físicas e equipamentos, mas essencialmente pela qualificação da população, que de outra forma não seria possível em muitos casos. Muitos jovens não teriam tido a possibilidade de frequentar o ensino superior, se não houvesse

uma instituição de ensino superior em Castelo Branco. A comunidade académica do IPCB representa neste momento 18% da população residente em Castelo Branco. É praticamente um quinto, o que demonstra, só por si, o peso bastante significativo que o IPCB tem na região. Trinta anos depois, e num cenário de profunda crise económica em que Portugal está mergulhado, o IPCB terá um papel central para ajudar a região e o país a enfrentar e ultrapassar a crise, através de uma sólida formação científica, técnica, cultural e humanista das novas gerações, pela valorização económica e social do conhecimento, pela valorização da formação ao longo da vida, pela capacidade de requalificar activos, de acreditar competências, de promover a reconversão profissional. São estes os factores que mais poderão contribuir para aumentar a competitividade da região e do nosso país, pelo que o IPCB terá sempre um papel determinante no seu desenvolvimento. É inerente à sua missão. É por isso fundamental que seja reconhecido pelos responsáveis governamentais o papel que o IPCB tem desenvolvido, como instituição de ensino superior do interior do país, mas essencialmente que sejam proporcionadas

condições adequadas para que o IPCB possa desempenhar o papel que lhe cabe na consolidação e desenvolvimento da região.

Quais os principais desafios a que o IPCB tem que dar resposta numa perspectiva de curto/médio prazo?

Há uma questão que é uma questão nacional, transversal a todo o ensino superior, que é a reorganização da rede e a reestruturação das formações. Para além

A comunidade académica do IPCB representa neste momento 18% da população residente em Castelo Branco. (...) o que demonstra, só por si, o peso bastante significativo que o IPCB tem na região.

das iniciativas que cada instituição pode desenvolver individualmente nesse sentido, é fundamental que haja uma reorganização decorrente de uma política nacional para todo o ensino e, conseqüentemente, para o ensino superior. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior terá supostamente esse papel, mas a sua actuação deveria ser suportada

por uma política clara para o ensino superior. Quando me refiro à reestruturação incluo aqui também as designações dos cursos que, por questões de marketing, se foram alterando. A designação de um curso deve traduzir inequivocamente as competências que um diplomado nessa área deve adquirir e qual o papel que está apto a desempenhar, e que a sociedade espera dele. Não pode haver designações ambíguas ou duvidosas, apenas para captar candidatos. A nível interno são vários os desafios e estão perfeitamente identificados em cada um dos eixos estratégicos. O IPCB identificou para o próximo quadriénio um conjunto de objectivos prioritários para a consolidação da Instituição, que constam no Plano Estratégico aprovado pelo Conselho Geral, e que o governo veio posteriormente reconhecer como centrais para o desenvolvimento do ensino superior e do país, através do contrato de confiança assinado com as instituições de ensino superior. Esses objectivos assentam na capacidade de abertura a novos públicos, na aposta nas formações pós-graduadas, na internacionalização, na concretização do Processo

de Bolonha, a par da forte aposta na qualificação do corpo docente. Há ainda uma questão que é essencial e que tem sido abordada como uma questão periférica, mas que neste momento é central em qualquer instituição com a dimensão do IPCB: é a política de divulgação. A política de divulgação da Instituição tem obrigatoriamente de ser mais agressiva. Fazemos o que temos feito até aqui deixou de ser suficiente. Estamos numa fase de extrema competição, onde é necessário que todos nos esforcemos para sermos os melhores, e isso passa também por ter um sistema de comunicação, de informação e de divulgação poderoso, tanto interno como externo, direccionado para

...é fundamental que haja uma reorganização decorrente de uma política nacional para todo o ensino e, conseqüentemente, para o ensino superior. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior terá supostamente esse papel, mas a sua actuação deveria ser suportada por uma política clara para o ensino superior.

os públicos-alvo específicos, porque o IPCB tem neste momento públicos diversificados.

Nessa perspectiva que aspectos da Instituição considera necessário mudar para melhorar?

A mudança já se iniciou. Foi implementado um conjunto significativo de medidas planeadas para cada um dos eixos estratégicos, e que vão permitir atingir os objectivos delineados. No ensino e formação o grande objectivo é a consolidação da oferta formativa e a implementação de metodologias fomentadoras da auto-aprendizagem e da flexibilidade que incentiva ao empreendedorismo, à mobilidade e à formação ao longo da vida, no sentido de abranger novos públicos e permitir a sua qualificação ou requalificação. Existem compromissos assumidos nesse sentido através do contrato de confiança. É relevante também referir que, desde o presente ano lectivo, todos os planos de estudos dos cursos de licenciatura leccionados no IPCB incluem obrigatoriamente uma unidade curricular de língua estrangeira e conteúdos de empreendedorismo. Está também já implementado o sistema de tutorias



em todas as escolas. Estão a funcionar pela primeira vez cursos de licenciatura em regime pós-laboral e verificou-se um aumento da oferta formativa a nível de mestrados, esperando-se um aumento significativo do número de alunos neste nível.

A designação de um curso deve traduzir inequivocamente as competências que um diplomado nessa área deve adquirir e qual o papel que está apto a desempenhar, e que a sociedade espera dele. Não pode haver designações ambíguas ou duvidosas, apenas para captar candidatos.

A nível dos recursos humanos a grande aposta é a qualificação. Foi instituído um programa de apoio, que engloba o apoio à formação avançada do corpo docente. Este programa permite apoiar todos os docentes que se encontram a frequentar programas de doutoramento, considerados como relevantes para a instituição. O objectivo é que em 2014 o IPCB tenha pelo menos 60% do seu corpo docente doutorado. Constitui um enorme encargo financeiro para o IPCB, mas é claramente uma prioridade assumida.

Passou também a haver incentivos para a divulgação da investigação realizada, e apoio para a frequência de actividades com vista à actualização científica e pedagógica dos docentes, para além das acções planeadas internamente decorrentes do que pretendemos para a concretização do Processo de Bolonha.

Também os trabalhadores não docentes, para além do plano de formação interno, têm sido apoiados na sua formação académica estando prevista a elaboração de um regulamento de apoio à sua formação, tal como acontece para os docentes, e que visa promover a aquisição e desenvolvimento de competências, com vista à melhoria contínua de funções.

A nível da internacionalização o objectivo continua a ser a criação de redes, de parcerias com instituições estrangeiras que permitam o desenvolvimento de pós-graduações e projectos de investigação conjuntos. Tem-se verificado um aumento do número de docentes, estudantes e funcionários a frequentar programas de mobilidade em vários países da Europa.

Existem vários projectos com instituições internacionais, do Brasil, de Espanha, de Macau, dos Estados Unidos, há

também contactos com vários países africanos e espera-se que todos estes contactos dêem brevemente lugar a projectos a desenvolver em parceria.

As parcerias que temos vindo a estabelecer com outras instituições e empresas, deverá dar lugar também a projectos de investigação. É outra aposta.

A principal vocação do IPCB é a produção, difusão e a transferência do conhecimento científico e tecnológico e a prestação de serviços à comunidade. Aumentou significativamente o número de protocolos entre o IPCB e algumas empresas, algumas das quais já contam no seu staff com diplomados pelo IPCB, mas é fundamental que se continue a apostar no estreitar de ligações com o tecido empresarial e industrial e que se sinta que daí resultam mais-valias

A nível da internacionalização o objectivo continua a ser a criação de redes, de parcerias com instituições estrangeiras que permitam o desenvolvimento de pós-graduações e projectos de investigação conjuntos.

efectivas. O IPCB deve ter a capacidade de demonstrar às empresas que as parcerias constituem uma vantagem,

que está preparado para responder às solicitações das empresas e oferecer soluções de desenvolvimento e inovação. O momento é de retracção económica, mas pode ser um momento de excelentes oportunidades.

É também necessário insistir na prestação de serviços à comunidade. Todas as escolas têm essa capacidade nas suas áreas específicas de intervenção.

A nível da organização e gestão foram implementadas várias medidas com vista à racionalização de recursos humanos, com a fusão de alguns serviços no Campus da Talagueira e no Campus

A principal vocação do IPCB é a produção, difusão e a transferência do conhecimento científico e tecnológico e a prestação de serviços à comunidade.

da Sra. de Mércules e com a mobilidade de alguns colaboradores, mas também

com vista à racionalização de recursos materiais tendo sido implementado um sistema de requisições internas e de gestão de stocks, que permite que as aquisições sejam efectuadas centralmente, ganhando assim economia de escala e permite gerir de forma global e flexível as existências dos vários

tipos de bens. A par destas medidas foi implementada uma rigorosa política de gestão, que nos permite dizer que o IPCB tem neste momento uma situação financeira estável e totalmente controlada, apesar das enormes dificuldades, que são comuns não só a outras instituições de ensino superior, mas a todo o país.

Há, no entanto, uma situação que tem vindo a ganhar dimensão crescente e que é bastante preocupante, que está relacionada com a acção social. Tem vindo a aumentar significativamente o número de alunos com propinas em atraso. Todos reconhecemos que a qualificação de nível superior da população será um dos factores mais importantes



para ajudar o país a ultrapassar a situação em que se encontra, pelo que não se pode correr o risco de alguns estudantes serem obrigados a abandonar o ensino superior por falta de condições económicas. É necessário que sejam feitos fortes investimentos nesta área. No que compete ao IPCB tem havido todo o apoio possível aos estudantes, por parte dos SAS.

Inclusivamente aquilo que agora é apontado pelo governo como uma bandeira da acção social, ao ser considerado que o pagamento das bolsas em Outubro aos alunos que já eram bolseiros em 2009/10 constitui uma antecipação e que ocorre pela primeira vez, no IPCB não é novidade. O ano passado, os alunos do 2º e 3º ano do IPCB tinham a sua situação resolvida em 7 de Outubro e os alunos de 1º ano, que se candidatam mais tarde, em 25 de Novembro. Ainda ao nível da acção social foi abolida, logo no início do mandato, a taxa que anteriormente era paga pelos estudantes para frequentarem o Gabinete de Apoio Psico-Pedagógico. Além disso esse gabinete vai alargar brevemente o seu funcionamento a todos os dias da semana, passando também a disponibilizar consultas na Escola de Gestão em Idanha-a-Nova, de modo a que os alunos dessa Escola

tenham o acesso facilitado ao Gabinete.

Como política organizacional, tem havido um esforço no sentido de se promover uma maior coesão institucional, tendo sido nomeados grupos de trabalho transversais a toda a instituição, como é o caso do grupo responsável pelo processo de Bolonha. É fundamental que haja maior cooperação quer

... o IPCB tem neste momento uma situação financeira estável e totalmente controlada, apesar das enormes dificuldades, que são comuns não só a outras instituições de ensino superior, mas a todo o país.

entre os docentes quer entre os trabalhadores não docentes. O IPCB é um todo único e apesar de se começar a verificar que esse esforço começa a dar resultados ainda há alguns passos a dar.

Num sistema dual de ES como é o nosso, como vê a relação entre politécnicos e universidades?

Num espírito de cooperação permanente. A natureza e a missão dos dois

subsistemas estão claramente identificadas

e apesar de legalmente não ser permitida a existência de consórcios entre politécnicos e universidades, não devem existir complexos de qualquer natureza. Na perspectiva do IPCB sempre que existirem situações que podem ser enriquecidas pela cooperação entre o IPCB e qualquer instituição, seja universitária, politécnica ou de outra natureza, não deixaremos de actuar dessa forma apenas porque legalmente não pode haver consórcios entre algumas instituições. Mas ainda existem alguns complexos e preconceitos e, por vezes, de forma vincada. Há situações totalmente incompreensíveis. É inexplicável que o subsistema politécnico, que se caracteriza, e se distingue do universitário, pelo facto de ministrar um ensino com um carácter fortemente profissionalizante, que assenta numa vertente fortemente orientada para o exercício profissional e para o mercado de trabalho não possa conferir o grau académico de doutor, que é exigido aos seus docentes.

Alguns desafios do Ensino Superior

Numa sociedade em que as qualificações das pessoas são cada vez mais importantes para o sucesso das nações, o ensino superior é uma das chaves para o desenvolvimento pois representa o patamar mais alto para a obtenção destas qualificações.

É notório o papel que as instituições de ensino superior têm tido para o desenvolvimento do país. Do conhecimento que fui adquirindo no desempenho das minhas funções, tenho constatado que as instituições de ensino superior têm sido decisivas no desenvolvimento de muitas cidades portuguesas, quer pelo impacto no tecido económico das regiões onde se inserem quer pelo ambiente social que dinamizam, em particular pelo número de jovens que movimentam.

Por outro lado as funções docentes no ensino superior são exigentes. Os docentes do ensino superior devem estar envolvidos em múltiplas actividades: serviço docente directo, acompanhamento e orientação dos estudantes, realização de actividades de investigação e de criação cultural, participação em tarefas de extensão, divulgação científica e tecnológica e valorização económica e social do conhecimento e, ainda, participação na gestão das instituições. Todas estas dimensões da actuação dos docentes são fundamentais e estruturantes para que as instituições de ensino superior reforcem o seu papel como motores de desenvolvimento.

Dois dos principais desafios que aqui queremos salientar são os que resultam do regime jurídico das instituições de ensino superior e da concretização plena do Processo de Bolonha.

A par destes dois desafios, específicos do ensino superior, temos os desafios de desenvolvimento do país.

Em conjunto há uma exigência para que sejam revisitados muitos dos métodos de trabalho que temos vindo a usar no dia-a-dia. Este visitar das nossas práticas não obriga a que se mude, obrigatoriamente, o que se vem fazendo, mas deve ser inserida numa prática constante de melhoria e



**Pedro Manuel
Barbosa Veiga**
Presidente
do Conselho
Geral do Instituto
Politécnico
de Castelo Branco

aperfeiçoamento institucional e individual que só é possível se todos tivermos uma visão crítica sobre o que fazemos e como o podemos fazer cada vez melhor.

Somos de opinião que a enorme evolução do sistema de ensino superior português nos últimos 30 anos está a conduzir à necessidade de repensar muitos aspectos. Trazemos de seguida algumas das nossas preocupações e que se enquadram nos desafios acima enunciados.

É necessário questionar-nos sobre a racionalidade científica, técnica e pedagógica da nossa oferta formativa. Cada instituição deve avaliar a adequação dos cursos que oferece face à dinâmica do mercado de trabalho, às ofertas da sua envolvente e às competências do seu corpo docente. Devemos favorecer formações de banda larga e aquelas que fomentem a interdisciplinaridade, que hoje em dia é característica da maioria dos sectores da economia.

Devemos alterar uma prática de crescimento muito centrada nas infra-estruturas físicas e caminhar para uma abordagem mais dirigida à reformulação científica, técnica e pedagógica dos cursos e para um aproveitamento cabal dos novos meios humanos que foram sendo formados nos últimos anos.

É crucial assimilar o Processo de Bolonha e ver como os processos de ensino e aprendizagem podem e devem ser alterados para nos adaptarmos aos novos paradigmas da Sociedade da Informação. Cada um deve avaliar em que alterou as suas práticas pedagógicas para tornar o ensino mais centrado na aprendizagem pelo aluno, para lhes inculcar mais autonomia, mais capacidade de aprender de modo autónomo e mais capacidade crítica.

Será importante criar sinergias entre instituições de ensino superior que aumentem a massa crítica de conhecimento científico e técnico e que evitem duplicações, por um lado, e tentativas de balcanização institucional por outro lado. A rede de instituições de ensino superior deve ser mais articulada, para promover ofertas formativas que sirvam mais os interesses

do tecido económico e social e sejam menos dirigidas à resolução dos problemas próprios das instituições.

Promover a implementação de métodos de gestão rigorosos e em que cada instituição tenha a transparência e visibilidade de actuação que justifique, perante a sociedade, como utiliza os recursos e meios públicos que tem à sua disposição.

É necessário reforçar o processo de comunicar à sociedade o que é feito pelas instituições e a importância do saber como mola de desenvolvimento da sociedade. Este tipo de abordagens traz benefícios mútuos pois dá a conhecer a instituição ao exterior e traz, muitas vezes, mais oportunidades de prestação de serviços à comunidade.

A afirmação de cada nação numa sociedade global, mais evoluída e com maior valor acrescentado passa, necessariamente, por atribuir uma maior importância à inovação. Os estudantes devem ser treinados e motivados para terem abordagens inovadoras e viradas para a criação de riqueza, recordando-lhes que estamos inseridos em espaços económicos globais. É preciso que a nova geração de jovens se habitue a pensar global mesmo que depois actue localmente.

Um dos problemas que também seria conveniente resolver é o que está relacionado com a baixíssima mobilidade territorial dos estudantes. Uma percentagem elevada dos candidatos ao primeiro acesso ao ensino superior, escolhe uma instituição na sua área de residência. Estamos cientes dos problemas económicos e sociais que é preciso resolver para ultrapassar esta situação. Mas a abertura ao mundo dos jovens também passa por conhecerem novas realidades, novos desafios e novas oportunidades. Fazer pelo menos parte do programa de estudos noutra local e noutra contexto social, o que o Processo de Bolonha teoricamente facilita, fornece aos jovens instrumentos comportamentais de um valor inestimável para o seu futuro.

Proponho que cada um de vós tente ver como pode contribuir, dentro da vossa instituição, para a melhoria que todos nós ambicionamos.

Nasci em Castelo Branco, as minhas raízes estão nesta cidade no interior da Beira Baixa e, por isso, procurei nunca me alhear do que se passa na cidade e na região, apesar de viver fora há mais de cinquenta anos.

Se há tema que por diversas razões me interessou sobremaneira desde 1976 foi a criação e o lançamento, em Portugal, de uma rede de estabelecimentos de ensino superior não universitário capaz de formar os técnicos de que o país precisava e de que, em minha opinião, continua hoje a ter necessidade de formar embora com modelos, perfis e qualificações necessariamente diferentes daqueles que se preconizavam há já mais de trinta anos.

O que hoje é o Ensino Superior Politécnico começou por ser uma iniciativa de meia dúzia de pessoas que acreditavam na diversificação do ensino superior e na criação de instituições de ensino superior diferentes das Universidades, mas com um projecto que permitisse desenvolver o país de uma forma mais equilibrada através de um modelo de desenvolvimento assente no conhecimento, no saber, na Ciência e nas Tecnologias. Procurou-se assim, reforçar a malha do nosso ensino superior através do lançamento de instituições fortes, qualificadas e com dignidade própria que pudessem localizar-se em centros urbanos fora do nosso litoral que tivessem capacidade para massificar o ensino superior e ao mesmo tempo formar os técnicos de que o país carece.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco depois de muitas vicissitudes que não importa referir, mas que um dia deverão ser descritas e comentadas, nasceu há trinta anos e desde então tem sido



**Eduardo
Marçal Grilo**

Administrador
da Fundação
Calouste Gulbenkian
e vicepresidente
e administrador-
-delegado da Partex
Oil and Gas (Holdin-
gs) Corporation.

uma peça importante do desenvolvimento não apenas da cidade, mas também de toda a região onde está inserida.

A Cidade seria hoje muito diferente se não fosse a presença do IPCB que constitui um elemento importante do seu crescimento e do seu desenvolvimento.

Pelo seu aniversário dirijo a todos os que contribuíram e contribuem para o seu lançamento e consolidação as minhas mais sinceras felicitações. Neste abraço que dirijo a todos incluo os antigos e actuais Presidentes do instituto e das escolas, os Professores, os membros do pessoal não Docente, os Técnicos, os Auxiliares e em particular os estudantes quer os que agora o frequentam como todos aqueles que ao longo da sua história o frequentaram, que foram e que serão a verdadeira razão de ser da própria instituição.

A acção desenvolvida pelo Instituto ao longo destas três décadas deve ser assinalada como um dos factores mais relevantes da História da cidade de Castelo Branco. O conjunto de diplomados que foram lançados no mercado de trabalho, os serviços prestados nas mais diversas áreas do conhecimento e o dinamismo que foi introduzido junto da população em geral e sobretudo o prestígio alcançado por muitas das iniciativas do Instituto são hoje uma referência que dá a esta instituição uma dimensão nacional que atrai estudantes e professores de praticamente todo o País.

Poderemos, no entanto, dizer no final desta 1ª Década do Século XXI que tudo foi feito e que o futuro será o prolongamento natural do passado recente?

A resposta é claramente negativa.

O Instituto tem agora que olhar para o futuro, como aliás penso que está a fazer,

e tentar encontrar um novo caminho e um novo rumo.

O Mundo mudou e está a mudar sobretudo em áreas sensíveis onde é necessário actuar com grande racionalidade, arrojo e determinação. A Instituição tem que se consolidar, tem que concentrar os seus recursos e sobretudo tem que reequacionar as suas áreas de actuação e os perfis de formação dos seus diplomados tendo em linha de conta as exigências que são muito diferentes das que existiram ao longo destas últimas três décadas.

Precisamos de diplomados com uma boa e larga formação de base capazes de se adaptarem e readaptarem ao longo das suas carreiras profissionais e necessitamos de um Instituto que consiga antecipar o futuro e ter um sistema de governo que transforme cada escola numa verdadeira organização com objectivos de médio e longo prazo e com uma identificação clara dos meios necessários para atingir esses objectivos. É necessário muito trabalho e muita reflexão interna sem esquecer que a instituição se tem que continuar a abrir ao exterior e a internacionalizar-se integrando-se nas redes que estão a nascer por toda a Europa.

Só integrado nestas redes europeias um Instituto como o Politécnico de Castelo Branco será capaz de se impor, no futuro, como uma Escola de Excelência em determinadas áreas já que a consolidação passa necessariamente, como já o disse atrás, pela concentração de meios e por opções em relação às áreas onde algumas Escolas podem dar um contributo de qualidade indiscutível. A Europa e os europeus estão hoje num ponto de viragem. Ou são capazes de se organizar e de criar um ensino superior

diversificado e diferenciado com instituições fortes que conseguem competir internacionalmente com os Estados Unidos da América e com as potências emergentes (algumas das quais já dispõem de instituições que cobrem as grandes necessidades desses países em matéria de massificação, formação avançada e investigação científica de ponta) ou então teremos que nos resignar a ser uma Região pouco atractiva para quem quer frequentar instituições de qualidade ao nível do Ensino Superior.

Pela minha parte, estou convicto de que os europeus já perceberam que algumas grandes modificações têm que ser introduzidas nas suas instituições de ensino superior e no caso deste Instituto Politécnico de Castelo Branco a que me ligam tantos laços de afecto e de solidariedade estou também seguro de que todos os seus actuais responsáveis têm bem a noção da importância do que está em jogo porque das opções agora tomadas depende em muito

o futuro, o prestígio e a relevância do Instituto no todo do País e da própria Europa.

Nota final - Ligam-me a este Instituto inúmeras histórias e episódios ocorridos desde 1976 quando pela primeira vez, como Director Geral do Ensino Superior, se colocou a possibilidade de lançar em Portugal com o apoio do Banco Mundial uma rede de instituições de ensino superior não universitário. Um dia, se Deus me der vida e saúde terei ocasião de escrever sobre esses tempos idos em que não era tão fácil falar na Europa em ensino superior que não fosse o que é representado pelas Universidades de tipo napoleónico. Isto, apesar de o Prof. Veiga Simão ter lançado em 1973 um grande projecto que apontava já nesse sentido, mas que infelizmente, por razões várias, acabou por ser esfacelado e adulterado pela onda que varreu o país entre 1974 e 1976.

Lisboa, 26 de Julho de 2010



Instituto Politécnico de Castelo Branco 30.º Aniversário



**Vergílio António
Pinto de Andrade**

Presidente do IPCB
de 1981 a 1995

1 – Na sequência da discussão levada a cabo em Portugal, sobre o ensino superior, na década de 70, concluiu-se que deveria ser criado um sistema dual e que era importante criar instituições de ensino superior em diversas zonas do país: novas universidades e institutos politécnicos.

Essa decisão baseava-se no desejo de facilitar o acesso ao ensino superior, a um maior número de estudantes, fixar nas regiões um número significativo de técnicos superiores que, pela sua actividade pudessem contribuir para o desenvolvimento económico e social da população de zonas deprimidas. Dando um carácter regional à implantação dos estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, pretendeu-se corrigir desigualdades regionais nomeadamente no que respeita ao acesso ao ensino superior, facilitar a fixação de técnicos, contribuir para o estudo e resolução de problemas locais e contribuir para a melhoria do nível cultural das populações.

Todos reconhecem que os recursos humanos são a primeira e verdadeira riqueza actual e potencial de qualquer país e, por isso, o esforço feito com a educação é considerado, por muitos, como o melhor investimento.

De entre a legislação que, sobre o assunto foi sendo publicada, assume papel de relevo o D.L. 513-T/79 de 26 de Dezembro, que altera a designação de ensino superior de curta duração, para ensino superior politécnico. Foi este diploma que criou o Instituto Superior Politécnico de Castelo Branco, com uma Escola Superior Agrária e uma Escola Superior de Educação.

2 - Comemoram-se 30 anos sobre a tomada de posse das Comissões Instaladoras da Escola Superior Agrária (ESA) e da Escola Superior de Educação (ESE).

Em 28 de Outubro de 1980, no salão nobre da Câmara Municipal de Castelo Branco, foram empossadas, pelo então Ministro da Educação Prof. Victor Crespo, as Comissões Instaladoras (C.I.), presididas pelo Prof. Vergílio A. Pinto de Andrade e Prof. Geraldes Freire.

Esta cerimónia teve um significado simbólico já que traduziu a concretização de um sonho de há muito acalentado por todos – a criação do ensino superior em Castelo Branco -

Na ESA foi possível adquirir uma propriedade, recuperar construções, construir todas as instalações necessárias, adquirir o equipamento e recrutar o pessoal docente e não docente, o que permitiu iniciar as aulas em 1983. Foi autorizada a abertura de dois cursos, com 64 alunos. A ESA tem hoje instalações definitivas, uma propriedade com 176 ha, dos quais, 26 ha constituem um Parque Botânico e viveiros, que vale a pena visitar. Tem vacaria, ovel, cavalaria e picadeiro, parque de máquinas e oficinas. É interessante salientar que grande parte do Parque Botânico está instalada na zona da antiga lixeira da cidade, que foi adquirida à Câmara Municipal e que foi limpa e recuperada. É, seguramente, um exemplo do que pode ser feito em outras zonas do país. Tem um Centro de Formação de Técnicos Superiores Agrícolas. Dispõe ainda de um parque desportivo para a prática de várias modalidades. No ano lectivo de 2009/2010, ministra 7 cursos de licenciatura, 6 de mestrado, e 2 CETs, onde estão inscritos cerca de 800 estudantes. Tem 56 docentes, dos quais 46% possuem o doutoramento e 52% o mestrado.

Na ESE, depois de concluídas as obras, pelas Construções Escolares, as aulas iniciaram-se em 1986, com 72 alunos. Em 1993 foi construído um novo pavilhão que veio aumentar o número de salas de aula e de gabinetes, até aí

manifestamente insuficientes. Mais tarde veio a dispor de um pavilhão desportivo polivalente. Ministra 7 licenciaturas, 10 mestrados, 1 pós-graduação, frequentados por 841 alunos. O corpo docente é formado por 42 docentes, sendo 7 professores coordenadores, 22 professores adjuntos, 2 equiparados a prof.adjunto e 6 equiparados a assistente; tem ainda 5 professores requisitados. A ESE tem 4 Projectos em curso: Communicating in Multilingual Contexts; Media Literacy in Castelo Branco Region; Projecto AIA- Acolher, Integrar e Apoiar; PEI – Programa de Enriquecimento Instrumental. O Centro de Recursos e Apoio Tecnológico (CRAT), está bem equipado e presta apoio a docentes e alunos. Desde 1999, a ESE, assinou 43 Protocolos, com diversas Entidades, visando interesses da Região e do País.

A necessidade de uma ESTG desde cedo se fez sentir e com o intuito de conseguir o seu financiamento o IPCB, concorreu a um Programa do PRODEP em 1990. Conseguiu que a Câmara Municipal de Castelo Branco disponibilizasse 40.000m² para a sua construção e conseguiu a sua criação através do D.L. 355/90 de 10 de Novembro. Concluídas as obras, as aulas tiveram início no ano lectivo de 1994/1995.

A C.M. de Idanha-a-Nova celebrou um Protocolo com o IPCB, em 2 de Julho de 1991, o que permitiu criar um Polo da ESTIG e iniciar os cursos, em 1991, com 90 alunos.

Em 1997, a ESTIG foi extinta tendo sido criadas, em seu lugar, a Escola Superior de Tecnologia, em Castelo Branco e a Escola Superior de Gestão em Idanha-a- Nova.

A EST, no ano lectivo de 2009/2010, ministra 7 cursos de licenciatura, 4 de mestrado, 1 de pós-graduação e 5 CETs. O número de alunos é de 962. Desde 1997 e dentro

da sua actividade de apoio à comunidade a EST, assinou 19 protocolos e estabeleceu 31 parcerias com empresas, autarquias e instituições de ensino superior.

A ESART foi criada em 1999, pelo D.L. 264/99, de 14 de Julho, tendo iniciado as suas actividades em 1999/2000, em instalações cedidas pela ESA. No último ano lectivo tinha 559 alunos a frequentarem as 7 licenciaturas e 5 mestrados que tem a seu cargo. A sua actividade tem sido relevante no apoio à cultura, através de concertos, exposições, organização de eventos, programas de TV e design. Edita a revista *Convergências*. Alguns dos seus alunos têm ganho prémios a nível nacional e internacional. Desde 2000, a ESART assinou 32 protocolos com diversas Entidades. Aguarda o financiamento para poder iniciar a construção das suas instalações definitivas, para as quais já possui projecto e terreno.

A Escola Superior de Enfermagem foi integrada no IPCB, pelo D.L.99/01, de 28 de Março e posteriormente convertida em Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, pela Portaria 693/01, de 10 de Julho. As obras das novas construções começaram em 2005 e em 2008 foi possível deixar as instalações provisórias e iniciar as aulas no novo edifício. A ESALD tem 638 estudantes, que frequentam 5 cursos de licenciatura. Publica um Boletim Informativo «Informarsaúde». Assinou 14 Protocolos com Universidades, Serviços de Saúde, e outros com os quais colabora.

Os Serviços Centrais do IPCB estão instalados num edifício, comprado em 1993 e que, depois de remodelado, pôde ser inaugurado em 22 de Fevereiro de 1995, como sede do IPCB e dos Serviços de Acção Social.

Os Serviços Sociais dispõem de 3 residências de estudantes, em Castelo Branco e de uma residência em Idanha-a-Nova.

Para além de bolsas de estudo, os estudantes têm ao seu dispor, infra-estruturas para a prática desportiva, serviços de saúde e Gabinete de Apoio Psicológico (GAP).

3 – Em 30 anos o IPCB, apesar das inúmeras dificuldades existentes, conseguiu, com sucesso, alcançar os objectivos pretendidos.

No que respeita ao ensino, dispõe de seis Escolas Superiores, com infra-estruturas adequadas, um corpo docente qualificado e cerca de 4.700 estudantes, bem longe dos 64 alunos inscritos na ESA, em 1983. Já formou, ao longo destes anos, milhares de estudantes, organizou cursos de formação – os mais diversos – e promoveu eventos científicos, nas várias áreas do conhecimento. Em 2010 o IPCB, através das suas Escolas Superiores, disponibiliza 40 cursos de licenciatura, 24 de mestrado, 7 Cursos de Especialização Tecnológica e 3 de Pós-graduação. A grande maioria dos cursos, está já a funcionar de acordo com a Declaração de Bolonha. Também a internacionalização tem merecido uma atenção especial por parte do IPCB, verificando-se que, ao abrigo dos Programas SOCRATES, ERASMUS e LEONARDO da VINCI, centenas de alunos, têm frequentado Instituições estrangeiras e as Escolas Superiores, têm recebido alunos de vários países da U.E.

No que respeita à investigação, o esforço feito é tanto mais meritório quanto é certo que o financiamento tem privilegiado as equipas científicas das universidades e de grandes centros de investigação. A falta de verbas condiciona a formação de equipas com número significativo de doutorados e por sua vez a inexistência desses centros de investigação reconhecidos, impede o financiamento da investigação, independentemente do valor dos projectos. No entanto, bastará consultar a lista de teses de doutoramento e de mestrado,

a de trabalhos publicados e a participação activa em reuniões científicas, para reconhecer o mérito da investigação feita, no IPCB, nas mais variadas áreas do conhecimento e, muitos, em colaboração com Universidades nacionais e estrangeiras. Como exemplo dessa cooperação poderemos indicar o Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS), com centro nas ESAs de Castelo Branco e de Coimbra e contando com 118 membros dos quais 58 são doutorados. Este Centro está integrado no Sistema Científico e Tecnológico Nacional e envolve docentes e investigadores de 8 Instituições de Ensino Superior.

A ligação à comunidade foi, desde o início, uma preocupação constante. As acções de apoio foram muitas e diversificadas. Desde apoio laboratorial e técnico, nos mais diversos domínios de actividade, a acções de formação e actualização de conhecimentos, participação em projectos comuns, incentivo à inovação e ao empreendedorismo, até à realização de estágios dos alunos, em muitas empresas, o IPCB e as suas Escolas Superiores estão envolvidos em inúmeras actividades de ligação e apoio à comunidade. A título de exemplo poderemos indicar algumas das intervenções mais significativas:

19

- Os laboratórios, da ESA e da EST, têm feito milhares de análises, respondendo às mais diversas solicitações;
- Membro fundador da Associação para o Desenvolvimento Integrado da Raia (ADIRA);
- Membro fundador do Instituto de Investigação Agrária da Região Centro (IDARC);
- Laboratório de SIG e CAD, que tem prestado apoio à comunidade no planeamento e ordenamento do território, nos planos directores municipais, nos planos de intervenção florestal e na produção de cartografia digital;
- Centro de Referência das Comunidades

Europeias (CRE);

- Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER): Constitui uma estrutura funcional do IPCB e tem desenvolvido um plano de actividades muito vasto, criando relações privilegiadas com algumas empresas e instituições de referência da Região. Estabeleceu 23 parcerias, tem 14 Projectos já concluídos e 8 em curso. Organiza, com todos os Institutos Politécnicos, o Programa POLIEMPREENDE; tem a seu cargo a implementação de uma Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (OTIC);
- Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro (INOVCLUSTER), que tem 66 associados, na sua maioria Empresas;
- Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco (CTAA): sendo promovido pela CMCB, tem tido apoio institucional do IPCB/ESACB;
- Sector de Apoio ao Desenvolvimento Regional (SADER);
- Consultoria e pareceres técnicos em diversas áreas e ensaios de solos, agregados, campo e outros dentro das áreas de especialização da EST;
- Cultura Politécnica e beira TV, a cargo da ESART;
- Revistas: AGROFORUM, POLINFOR, EDUCARE e CONVERGÊNCIAS;
- Na ESE, 6 Programas Institucionais e 4 Projectos;
- Centro de Línguas e Cultura (CLC).

O número de intervenções que enumeramos, todas com uma componente comum de apoio à comunidade, atesta a preocupação do IPCB, na sua inserção na sociedade, no tecido empresarial e nas ligações com outras instituições de ensino superior.

O IPCB e as suas Escolas Superiores foram já avaliados, a nível nacional e internacional e conhecem os pontos fortes e fracos assinalados pelas Comissões Externas

de Avaliação. A auto avaliação parece ser um processo devidamente instalado e a cultura da qualidade uma preocupação constante.

Não quero terminar sem fazer uma referência a um dos problemas, mais graves, com que o ensino superior politécnico se defronta.

A diminuição do número de jovens, na classe etária dos 15 aos 24 anos, vai repercutir-se no menor número de estudantes que completam o 12.º ano e, conseqüentemente, menor número de candidatos ao ensino superior. Este problema agrava-se com o elevado número de Instituições do ensino superior e o continuado aumento do número de cursos, os mais diversos. Se a esta situação juntarmos a concorrência das instituições de ensino superior estrangeiras e o ensino à distância, poderemos concluir que a oferta é superior á procura. Daqui decorrem situações que podem ser muito graves: diminuição do número de alunos no sistema, com eventual extinção de cursos com menor procura. Essa situação acarretará diminuição do número de professores e conseqüente redução do financiamento.

A redução do financiamento e a diminuição de docentes reflectir-se-ão desfavoravelmente nos projectos de investigação em curso, nas actividades de apoio às regiões e na internacionalização.

Estas conseqüências podem assumir papel dramático no desenvolvimento regional e na fixação de massa crítica qualificada nessas mesmas regiões. A procura de novos «clientes» passa pela criação de cursos de pós-graduação, de actualização e de especialização, captação de alunos estrangeiros (internacionalização), ensino à distância, aprendizagem de adultos, cursos conferentes de diplomas, interdisciplinaridade, maior permeabilidade entre cursos,

reconhecimento de competências e saberes, para prosseguimento de estudos.

As Instituições de ensino superior, são estruturas muito complexas e difíceis de gerir, já que estão sujeitas a interesses pessoais e colectivos, com múltiplos órgãos de decisão, raramente coincidentes nos objectivos e na estratégia comuns. Delas se exige tudo: formação - para o emprego, para a cultura e para a cidadania - investigação, apoio à comunidade, inovação, adaptação à mudança, desenvolvendo a sua actividade com pouco dinheiro e tendo sempre em vista os padrões de «Excelência».

A estes desafios o IPCB terá de acrescentar a necessidade urgente de formação de docentes, a internacionalização – a nível de docentes, alunos e projectos -, a cooperação com Instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, um marketing sobre as suas capacidades e realizações; escolher uma ou duas áreas de actuação em que, pelos meios humanos e materiais existentes, se possa distinguir a nível do país e do estrangeiro; fortalecer as ligações com o tecido empresarial e as autarquias e «adivinhar o futuro»...

Estamos certos de que o IPCB, está bem consciente destes problemas e que procura encontrar a solução adequada, como se constata pela leitura do Plano Estratégico de Médio Prazo, elaborado pelo seu Presidente.

Resta-me felicitar o IPCB e todos os que nele trabalham, pela passagem de mais um aniversário, expressar a minha admiração e apreço pelo trabalho efectuado ao longo dos anos e formular votos do maior sucesso.

“Quem mais conhece melhor ama”

Paracelso

O Instituto Politécnico de Castelo Branco é hoje, 30 anos depois da sua criação, uma das mais importantes realizações ocorridas nesta região em toda a sua história.

Na verdade Castelo Branco é hoje uma cidade moderna e atraente para os jovens, para as empresas e para os cidadãos em geral. Isso deve-se a muitos factores, mas, todos sabemos que o IPCB é um deles e naturalmente, um dos de maior significado.

A construção e equipamento das instalações e escolas do IPCB significou e significa, por si só, um dos maiores investimentos públicos realizados na cidade e na região, mas naturalmente que o que mais importa é o resultado do seu funcionamento.

Largos milhares de jovens e adultos foram já formados nestes trinta anos. Desde logo importa perguntar quantos deles não teriam nunca tido a oportunidade de fazer um curso superior se não houvesse IPCB. Mas, para além do que os próprios terão beneficiado, qual foi o benefício da região e do país com o resultado dessa formação?
Eu diria que é incalculável!

Quantos professores, quantos enfermeiros, quantos engenheiros, quantos gestores, quantos informáticos, designers, técnicos de saúde, de apoio social, de empresas, da administração pública, da economia social...e tantas outras áreas! E também artistas e cientistas e muitos outros.

E, é por isso, que Castelo Branco e a sua região se devem orgulhar do “seu” Instituto, acarinhá-lo, apoiá-lo, mas, ser exigentes com o seu trabalho. Quanto maior a importância da missão, maior também deve ser a exigência



Valter V. Lemos

Presidente do IPCB
de 1995 a 2005

no seu cumprimento. Todos no IPCB devem ter sempre uma consciência aguda e profunda da importância da missão da instituição e por consequência ser muito exigentes com o seu trabalho e o de todos os que fazem parte de tal missão.

Tive (e tenho) a grande felicidade de fazer parte da tripulação durante a maior parte destes trinta anos. Felicidade porque contribuí, porque partilhei, porque participei, porque agi, porque fiz parte de uma equipa valorosa, porque amei o caminho e os caminhantes, porque as recordações de tal percurso me fazem humedecer os olhos de alegria...

E os próximos trinta anos?

Num tempo em que o pessimismo é moda e em que os optimistas são apelidados

de estouvados e até de irresponsáveis é arriscado dizer que o futuro será bem mais do que o passado, mas o que pode dizer um professor sobre o futuro que não seja uma arraigada e profunda crença na natureza e na criação humana?

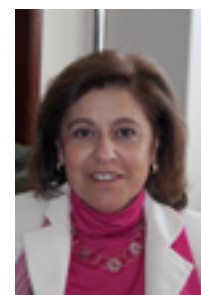
O futuro olha-se sempre com ansiedade. Não com a ansiedade do medo mas com a ansiedade do desafio. O passado traz-nos identidade e tranquilidade mas só o futuro nos traz realização e desenvolvimento. Viver do passado é morrer todos os dias um pouco. Viver para o futuro é nascer todos os dias um pouco!

É isso que acontece no IPCB. Todos os dias nasce um pouco mais de futuro em milhares de jovens e adultos que fazem a vibração deste espaço e deste tempo.



O IPCB no Desenvolvimento da Região e do País

A rede de ensino superior em Portugal reflecte uma preocupação política que data de 1973, com o Prof. Veiga Simão, (através da chamada reforma Veiga Simão), e recebeu um forte impulso após a revolução de 25 de Abril. Tendo como objectivos essenciais travar os movimentos de desertificação do interior do país, perigo crescente pela fuga das populações para o litoral e pelo fenómeno emigratório, possibilitou o acesso ao ensino superior de camadas importantes de jovens portugueses, nomeadamente, oriundos de extractos populacionais mais desfavorecidos e com menor capacidade para frequentar os estabelecimentos de ensino superior existentes nos grandes centros, destacando-se assim a relevância social da expansão do ensino superior, através do Ensino Superior Politécnico.



**Ana Maria
Baptista Oliveira
Dias Malva Vaz**
Presidente do IPCB
de 2005 a 2009

A importância que este tipo de ensino adquiriu, em particular nas regiões do interior e muito particularmente na região de Castelo Branco, é indiscutível. Foi uma oportunidade bem aproveitada pelos dirigentes do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) que souberam, desde o início, proceder à sua implementação e expansão, quer a nível de escolas quer a nível de cursos.

A criação dos Institutos Politécnicos representou um passo em frente na ligação do Ensino Superior à realidade económica, social e cultural das diferentes regiões, designadamente através da formação de recursos humanos qualificados em segmentos profissionais de que o País se mostrava carente.

Este modelo de Ensino Superior, tem vindo a desenvolver um trabalho relevante cumprindo os objectivos para os quais foi criado. Destacam-se os seguintes:

1. Formação de técnicos superiores, nas várias áreas científicas desenvolvidas nos politécnicos;
2. Promoção da investigação e do desenvolvimento experimental orientado para a solução de problemas regionais;
3. Desenvolvimento cultural das regiões;
4. Prestação de serviços à comunidade, conseguindo, em alguns casos, fazer depender o desenvolvimento da comunidade da existência do Ensino Politécnico;
5. Impedir a desertificação do interior pela frequência de cursos e pela instalação de sectores económicos ligados à indústria, comércio e serviços;
6. Proporcionar um desenvolvimento integral das regiões onde está inserido cumprindo integralmente um dos mais importantes objectivos para os quais foi criado "proporcionar o desenvolvimento regional".

Pode-se afirmar que o Ensino Superior Politécnico tem conseguido percorrer

os caminhos da qualidade, fixando e atraindo conhecimento e competências para as regiões, gerando dinâmicas regionais e locais de divulgação do conhecimento através, nomeadamente, da realização de eventos de natureza científica e de natureza cultural.

O IPCB tem parcerias com várias instituições da sua área de influência regional, destacando-se o Centro Tecnológico de Apoio Agro-Alimentar, o Centro de Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova e o Cluster Agro-Industrial. Através da OTIC (Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento) tem apoiado as empresas nas operações de gestão transferência de tecnologia e conhecimento, entre outras. O IPCB tem mantido uma especial preocupação de adequação das suas formações às necessidades do tecido económico, social e cultural da Região em que se insere, incentivando nos seus estudantes uma cultura de empreendedorismo.

Os Institutos Politécnicos permitiram a fixação de quadros qualificados nas regiões, quer através da atracção de quadros de outras regiões, quer através da formação dos seus próprios; fixando nas regiões conhecimentos e competências que até então se concentravam, apenas, nos grandes centros do litoral do país. Esta constatação permite-nos pensar, cada vez mais, na relevância das instituições de Ensino Superior Politécnico para o desenvolvimento económico e social das regiões através da fixação de recursos humanos qualificados que se constituem em elementos promotores do desenvolvimento económico e social.

A prestação de serviços ao tecido económico, social e cultural tem contribuído para o crescimento, coesão e competitividade da nossa Região, bem como para o desenvolvimento de projectos em parceria com as autarquias, as associações empresariais

e outras entidades públicas ou privadas. Essas ligações privilegiadas tornam importante que alguns desses elementos integrem hoje os órgãos dos Institutos Politécnicos e partilhem a concepção, planeamento e execução de projectos.

A afirmação deste modelo de formação profissional tem despertado, nos responsáveis pela sua gestão, a consciência de que desenvolvem uma actividade de extrema importância para o desenvolvimento do país e que tem sido progressivamente bem aceite pela sociedade portuguesa, à medida que a mesma se apercebe da competência e do alcance da formação que o Ensino Superior Politécnico proporciona.

É ainda fundamental para o desenvolvimento de recursos humanos altamente qualificados, a interacção da educação com o emprego e com aprendizagem permanente, bem como a preocupação e o interesse do sector empresarial pela actualização da formação. Nesse sentido, é fundamental a colaboração estreita entre os diferentes agentes educativos, a relevância do estágio profissional realizado fora do sistema de Ensino Superior e o desenvolvimento em termos de conteúdo educacional e de mecanismos estratégicos para o fornecimento regular de inputs por parte do tecido empresarial.

Apesar das transformações recentes, Portugal possui ainda grandes défices educativos, nomeadamente em comparação com os restantes países europeus. É indispensável continuar o esforço nacional em curso, o investimento na formação de licenciados, de mestres e de doutores.

O Estado desempenha um papel essencial ao nível da definição de políticas e do financiamento do Ensino Superior mas, a par do esforço do Estado, tem sido essencial o contributo dos estudantes e das famílias. Acolhendo grande número dos alunos do ensino superior público, o Ensino

Politécnico tem contribuído, de forma muito significativa, para o alargamento da oferta formativa. Neste momento o Ensino Superior Politécnico além de oferecer cursos de licenciatura para os alunos que concluíram o ensino secundário, abriu aos cidadãos com mais de 23 anos a possibilidade de adquirirem uma formação de nível superior e tem em funcionamento cursos de mestrado e pós-graduações e cursos de especialização tecnológica.

Por isso, além do acolhimento de alunos jovens, o Ensino Superior recebe também novos públicos, proporcionando às gerações adultas uma outra oportunidade educativa. É preciso adaptar a estrutura do ensino superior à filosofia de uma “educação/formação ao longo da vida”.

É, portanto, essencial que se encontrem novas modalidades de organização e de funcionamento que garantam elevados níveis de exigência, mas que permitam uma maior flexibilidade na frequência dos cursos, nos percursos de formação e nos modos de ensinar e de aprender. Estamos hoje perante um novo paradigma com a implementação do Processo de Bolonha.

Torna-se imprescindível estimular formas inovadoras de ensino, designadamente através da utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, mas também do recurso a práticas de orientação e de enquadramento académico dos alunos, da melhoria do acesso a laboratórios, bibliotecas e centros de investigação.

Não é possível falar de vida estudantil sem uma referência constante aos valores da humanização e sem uma participação regular em actividades associativas, artísticas e culturais. O tempo de estudante é essencial para preparar o futuro dos jovens como cidadãos e como profissionais. O ensino superior é um espaço de cultura, no sentido mais amplo do termo: cultura

científica e tecnológica, cultura humanista, cultura artística e literária.

As instituições estão hoje colocadas perante uma questão de fundo: como conceber uma formação de elevado nível científico e profissional que tenha em conta os interesses, capacidades e a diversidade cultural de um número cada vez maior de estudantes? A questão exige naturalmente de todos o maior empenho e o maior rigor na preparação e na execução das respostas.

No Ensino Politécnico têm ocorrido inovações de grande significado, designadamente no que diz respeito às relações entre o ensino, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento.

Também ao nível da estruturação dos cursos é importante valorizar as experiências de ligação ao mercado de trabalho e de integração de estágios na formação inicial. São processos que contribuem para uma formação de cariz mais prático e mais adequado ao desenvolvimento de competências profissionais.

É importante concertar esforços para a definição da rede do ensino superior de modo a potenciar e articular os recursos humanos e físicos existentes.

26

Hoje, mais do que nunca, precisamos de um ensino superior de grande qualidade, actualizado, de professores dedicados e competentes, de escolas que contribuam para a formação integral dos jovens no plano científico, cultural e cívico.

Precisamos de instituições que contribuam para o desenvolvimento equilibrado do país, diminuindo as assimetrias entre as diversas regiões, para que haja uma maior igualdade de oportunidades no acesso ao Ensino Superior. Não podemos deixar de procurar formas de regulação do Ensino Superior que contribuam para um desenvolvimento mais equilibrado

das redes de ensino, tornando-se oportuno estabelecer parcerias.

A expansão do Ensino Superior obrigou a um esforço muito importante do Estado e dos portugueses. Salieta-se o investimento realizado em estruturas físicas, em novas construções e na recuperação de edifícios antigos. Foram ainda canalizados meios, para o desenvolvimento da Acção Social Escolar.

A organização e o funcionamento das instituições devem ser objecto de uma rigorosa avaliação interna e externa, tendo agora em funcionamento uma nova lei de autonomia. A avaliação dos cursos, através da agência de avaliação e acreditação, é também uma exigência inadiável, no sentido de compreender a sua pertinência, os métodos pedagógicos adoptados e as formas de acompanhamento dos alunos, diminuindo as situações de insucesso e de abandono. É importante que as instituições assumam os resultados dos processos de avaliação e os integrem em dinâmicas de mudança.

Em conclusão: o Ensino Superior Politécnico foi uma das maiores realizações da sociedade portuguesa no final do século passado e o melhor e mais eficaz instrumento político, alguma vez usado, no combate às assimetrias, no sentido de uma política nacional de coesão social e territorial.

Também no IPCB têm sido desenvolvidas diversas iniciativas junto dos agentes económicos, empresariais, sociais, culturais e artísticos, no sentido de reforçar as ligações entre a instituição e a sociedade civil.

É preciso afirmar que a crise não deve, nem pode servir para a existência de qualquer dúvida sobre a importância de que se reveste o Ensino Superior Politécnico, quer para a região onde se insere, quer para o país.

Comemoramos trinta anos de existência, de uma instituição que para os Estudantes é, e será uma referência ao longo das suas vidas. Todos partilharão do mesmo objectivo, de beneficiar da melhor educação possível, que a Beira tem para proporcionar, tenham chegado ao IPCB como adolescentes ou já adultos, para nas nossas escolas se deixarem contagiar pelo Espírito único que vivemos como Academia.

Como sociedade, prestamos homenagem de diversas formas, quando tal se impõe, pela força do simbolismo que muitas datas ou ocasiões nos transmitem. Como individuo, não posso deixar de considerar que a memória é, mais do que as cerimónias, a expressão máxima do verdadeiro sentimento que tudo realmente desperta em nós.

Como antigos estudantes, homenageamos o IPCB, revivendo e aplicando tudo aquilo que de positivo e negativo o IPCB teve para nos oferecer, apesar de nada ser perfeito, tudo será experiência e conhecimento.

Como actuais estudantes, associamo-nos às comemorações e deixamos que também elas, com o tempo, se tornem memórias inesquecíveis.

Três décadas de existência sim, ao serviço da comunidade e dos estudantes, sob o estandarte do dragão que assinala a força, a inteligência e anuncia o caminho para a transformação em algo melhor, sempre.

É pois com orgulho que, em nome das Associações de Estudantes e da comunidade estudantil, agradeço estas três décadas de memórias, com a certeza absoluta, que muitas mais estarão por vir.



Paulo Regalo
Presidente
da Federação
Académica do IPCB

As deslocações casa-escola nas cidades

Rui Manuel Amaro Alves
Docente do IPCB e Coordenador do Projecto

28

Os constantes alertas sobre a evolução do ambiente e as alterações climáticas, produzidos por organizações internacionais a partir dos anos 70, com o Clube de Roma e a obra “Os Limites do Crescimento”, tornaram a sociedade cada vez mais sensível aos apelos do desenvolvimento sustentável. Os sinais crescentes da degradação ambiental do planeta terra e da qualidade de vida das populações são cada vez mais evidentes. O desenvolvimento sustentável, enquanto via alternativa ao processo de desenvolvimento em curso, tem vindo a ser progressivamente adoptado pelas famílias, empresas, instituições e poderes políticos.

A temática mobilidade e transportes está no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Os transportes motorizados constituem uma das fontes de poluição mais importantes em termos de emissões de gases e partículas com efeito de estufa e de poluição sonora e o principal factor de degradação da qualidade do ar e, consequentemente, da qualidade de vida

nas cidades. A procura de padrões de mobilidade mais sustentáveis constitui um dos vectores principais da acção governativa ao nível da União Europeia e dos governos centrais, regionais e locais. Nas Estratégias Europeias e Nacionais de Desenvolvimento Sustentável e nos Planos/Programa de Alterações Climáticas a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável constitui um objectivo claramente assumido, no quadro das preocupações ambientais. O Livro Branco sobre a política europeia de transportes e o Livro Verde Por uma Nova Cultura de Mobilidade Urbana e o Plano de Acção para a Mobilidade Urbana definem uma agenda para a mobilidade urbana, propondo formas de responsabilização das autoridades locais, regionais e nacionais, através de um conjunto de desafios prioritários. Ao nível nacional os governos desenvolveram a agenda para a mobilidade urbana nos Planos/Estratégias Nacionais de Transportes e as autarquias locais

desenvolveram Planos Locais de mobilidade urbana sustentável.

Um padrão de mobilidade será tanto mais sustentável quanto maior for a redução do consumo de combustíveis fósseis, de emissões de gases e partículas com efeito de estufa, dos níveis de ruído e dos recursos financeiros que lhe são afectos e quanto mais elevada for a inclusão social e a equidade entre os cidadãos, o que só é possível com uma utilização crescente dos modos suaves (sobretudo deslocações a pé e em bicicleta) e dos transportes colectivos e uma penalização do uso do transporte individual motorizado.

A procura de padrões de mobilidade urbana mais sustentáveis encontra nas deslocações casa-escola e casa-emprego vectores privilegiados de actuação. As estratégias definidas para intervir nestes domínios são muito diversificadas e podem envolver todos os níveis de governo (centrais, regionais e locais) organizações não governamentais e as comunidades escolares.

As deslocações para a escola, pelos impactes ambientais, económicos e sociais que geram, constituem um problema inevitável para as cidades, cuja solução se insere na esfera de toda comunidade escolar (governo, autarquias, gestão das escolas, pais, alunos e familiares).

Nos países mais desenvolvidos os governos criaram legislação que obriga à elaboração de Planos Mobilidade Empresa/Instituição e Planos Mobilidade Escola (PME), programas específicos de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento destes planos mobilidade. Os PME têm como objectivos centrais a redução de consumos energéticos e de emissões de poluentes e a promoção de deslocações mais sustentáveis para a escola, incentivado o uso dos modos suaves e dos transportes colectivos em detrimento do uso do transporte individual

motorizado (o carro).

As estratégias adoptadas nos planos e assumidas pelas instituições contêm instrumentos de natureza muito diversa, consoante as faixas etárias dos alunos. Podem incluir acções de sensibilização e persuasão, proibição, taxaço ou condicionamento de estacionamento no interior e em redor dos estabelecimentos, organização de linhas de transportes escolares, podendo ou não servir a população em geral na cidade, intervenção sobre a circulação do tráfego urbano (alteração dos tempos dos semáforos com vista a favorecer os estudantes e peões e penalizar os automobilistas, proibição da circulação automóvel em certos períodos do dia em ruas onde existem escolas, etc.), organização de "autocarros" de peões ("Pedibus"), organização e estímulo aos sistemas de partilha de carros ("carpooling"), intervenções ao nível das infra-estruturas de transporte (criação de ciclovias, alargamento de passeios, uso de materiais e pavimentos diferenciados), entre outros.

São as comunidades escolares que elaboram os seus planos de mobilidade, em conjunto com as autarquias, normalmente com apoio técnico externo. Algumas medidas e acções são da responsabilidade das escolas e outras das autarquias locais que ficam encarregues de realizar as obras no espaço público definidas nos PME. Normalmente, os governos centrais e regionais comparticipam financeiramente essas obras.

A elaboração de PME para os campus universitários e para as escolas dos diversos níveis de ensino é uma prática corrente na maioria das cidades dos países desenvolvidos.

Em Portugal, tal como em muitos outros sectores, o atraso é notório embora seja amplamente reconhecida a necessidade de intervir neste domínio. As deslocações casa-escola ainda não tiveram grande eco

na agenda política tanto ao nível do Governo Central como das Autarquias Locais, como das próprias escolas, embora existam possibilidades de financiamento através do QREN e de programas comunitários.

Quanto ao enquadramento estratégico, o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – Portugal Eficiência, 2015, estabelece a obrigatoriedade da elaboração de Planos de Mobilidade para os Centros Empresariais / Office Parks ou Parques Industriais com mais de 500 trabalhadores, onde supostamente poderão encaixar os PME das escolas que tenham esta dimensão. A proposta de Plano Estratégico de Transportes 2008-2020, em fase de aprovação, não atribui importância específica às questões das deslocações casa-escola. A Assembleia da República recomendou ao governo a elaboração de um “Plano nacional de promoção da bicicleta e outros modos de transporte suaves” onde é colocada ênfase na formação e sensibilização em contexto escolar para utilização destes modos, abrindo-se aqui uma janela de oportunidade para recentrar a problemática no seio da mobilidade sustentável.

Em termos operacionais, são conhecidos poucos casos em que se tentou promover deslocações mais sustentáveis para a escola. Quanto a estudos e projectos-piloto é de referir alguns trabalhos sobre as deslocações no Pólo Universitário II em Coimbra, na UTAD e ESTG de Leiria. Este último integrado no quadro do projecto europeu “T.aT - Studens Today, Citizens Tomorrow, financiado pelo programa europeu Intelligent Energy – Europe (IEE).

Quanto a soluções implementadas ou em fase de implementação é de salientar a tentativa de promover um sistema público de bicicletas nas Universidades do Minho, Porto e Lisboa (Bicicleta de Utilização Estudantil – BUTE), e as acções desenvolvidas no âmbito

do projecto “T.aT”. Ao nível das deslocações casa-escola de outros níveis de ensino é de salientar a iniciativa PEDIBUS, acção-piloto promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, a elaboração de PME nos municípios de Almada, Barreiro e Loures e o serviço de transportes colectivo para crianças (Bus’ina) lançado pela parceria EMEL/Easy Bus na cidade de Lisboa.

A Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do seu Programa Ambiente decidiu privilegiar a Mobilidade Sustentável enquanto prioridade temática, no ano de 2009. Dos três projectos seleccionados e financiados no âmbito do concurso do programa dois incidem sobre as deslocações casa-escola (um na cidade de Castelo Branco e outro em 3 município da Área Metropolitana de Lisboa) e outro é complementar com eles (modos suaves e segurança rodoviária).

O projecto “Deslocações para a escola na cidade de Castelo Branco.

Por uma Mobilidade mais sustentável” tem como parceiros iniciais a Escola Superior de Tecnologia, a Câmara Municipal e a Rodoviária da Beira Interior. Entretanto, outras instituições também já aderiram (Governo Civil e PSP) e quase todas as escolas fazem parte do projecto embora umas com mais entusiasmo que outras.

Na cidade de Castelo Branco, com cerca de 30 000 habitantes, mais de 12 000 alunos frequentam diariamente 45 estabelecimentos de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao superior, dispersos pela malha urbana. Estima-se que as deslocações diárias para as escolas/ /politécnico afectem directamente mais de 16 000 pessoas (mais de 50% da população residente).

Num trabalho desenvolvido, em 2008, por alguns alunos da Escola Secundária Amato Lusitano de Castelo Branco, no quadro do programa Cidades Criativas, designado,

“Uma Cunha para o Futuro”, foram realizados 140 inquéritos a alunos, professores e funcionários deste estabelecimento de ensino. As emissões diárias de dióxido de carbono decorrentes das deslocações casa-escola, referentes a este estabelecimento de ensino, foram estimadas em cerca de 2200 kg.

A Castelo Branco (às suas escolas, à autarquia e à comunidade escolar local) foi dada oportunidade de poder reflectir sobre esta temática e promover deslocações para a escola mais sustentáveis. Às instituições de ensino a sociedade exige que desenvolvam consciência e responsabilidade ambiental e que abracem sem hesitações e ambiguidade os desafios da sustentabilidade. À autarquia e aos outros poderes públicos exige-se visão de futuro e a adopção de boas práticas desenvolvidas em outras cidades do mundo. A sustentabilidade é muito mais que um jogo de palavras; é um desafio que envolve mudança de atitudes e de comportamentos e uma actuação reflectida e consistente com os objectivos do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável não depende apenas dos outros. A promoção da mobilidade urbana sustentável não é apenas um desafio para os outros.

As cidades criativas e as instituições inteligentes antecipam os problemas e promovem de forma contínua as inovações e as adaptações sociais e tecnológicas necessárias à sua resolução e à mudança desejável.

O projecto em desenvolvimento na cidade de Castelo Branco sobre a promoção de uma mobilidade mais sustentável nas deslocações casa-escola pretende desenvolver 5 objectivos fundamentais, envolvendo a comunidade. Em primeiro lugar, o de promover uma abordagem inovadora da problemática ao nível da cidade e das instituições de ensino. O segundo, conhecer os padrões de deslocação da comunidade escolar na cidade e as barreiras que se colocam a um modelo mais sustentável. O terceiro, informar, sensibilizar e divulgar boas práticas que conduzam à adopção de padrões de mobilidade mais sustentáveis. O quarto, tentar criar soluções que promovam padrões de mobilidade mais sustentáveis, aproximar os actores envolvidos, apoiar essas soluções do ponto de vista técnico e científico e medir os seus impactes do ponto de vista da sustentabilidade. Finalmente, é que este projecto possa ser transferido, pelo menos em parte, para outros contextos urbanos.





Docente há 27 anos, a vida profissional de Maria do Carmo Horta confunde-se com a história do IPCB/ESA. Em 1983, poucos meses depois de concluir a licenciatura, era contratada para integrar a equipa que, nesse ano, iria iniciar as actividades lectivas da Escola Superior Agrária, na Quinta da Sr.ª de Mércules. Hoje, a professora e investigadora, doutorada pela Universidade de Córdoba com uma tese que viria a ser premiada a nível ibérico, é presidente do Conselho Técnico-Científico da ESA e uma lutadora pela vida. Ao contrário de muita gente, tem como dia e hora preferida da semana a “segunda de manhãzinha, uma semana inteira por estrear...”.

Maria do Carmo Horta nasceu em Lisboa no ano de 1958. Mãe de três filhos, fez os seus estudos secundários no antigo Liceu Nuno Álvares, em Castelo Branco, onde foi aluna de Quadro de Honra.

A Licenciatura em Engenharia Agronómica (1982) e o Mestrado em "Nutrição Vegetal, Fertilidade do Solo e Fertilização" (1994) foram realizados no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.

Docente do IPCB/Escola Superior Agrária desde 1983, na área científica da Ciência do Solo, Fertilização, Nutrição Vegetal e Ambiente, Carmo Horta doutorou-se também em Engenharia Agronómica, pela Universidade de Córdoba. A escolha da sua investigação, refere, "teve a ver com a questão actual da eutrofização (degradação) das águas superficiais, problema existente na União Europeia e em todos os países desenvolvidos devido, fundamentalmente, à actividade agro-pecuária, problema que tem de ser resolvido a nível da implementação de boas práticas de gestão do solo e dos fertilizantes". A relevância do estudo mereceu a atenção dos técnicos do país vizinho que lhe atribuíram o prémio de melhor tese de doutoramento realizada em Espanha na área das Ciências Agrárias no ano de 2005. Já recentemente, o trabalho de investigação foi adaptado e transformado

em livro direccionado para estudantes e professores.

Actualmente a ocupar o cargo de Presidente do Conselho Técnico-Científico da ESA, Carmo Horta apresenta um percurso profissional que se confunde com a história do IPCB/ESA e que se pode traduzir em cada vez mais conhecimento ao serviço das pessoas.

Sobre o seu trajecto profissional diz que "os bons momentos estão associados sem dúvida à obtenção dos graus académicos e distinções que daí resultaram, ao bom nome da nossa Escola e ao sucesso de tantos dos nossos alunos, mas também à generosidade e ambiente acolhedor por parte dos meus colegas docentes e não docentes, com quem vivo o dia-a-dia". Discreta mas com uma marca indelével nos projectos onde se envolve, a investigadora do IPCB/ESA afirma que a actividade profissional que exerce no dia-a-dia " não pode ser vista de forma independente da actividade pessoal, que marca também a nossa presença na vida e na sociedade". Nas questões particulares refere "o entusiasmo e a alegria" com que tem assistido e participado" no crescimento dos seus filhos e o "enorme sentimento de perda e o mais absoluto abandono" no momento em que soube da doença grave que recentemente enfrentou. Positiva, realça ainda os bons

momentos, "passados em família, com várias gerações presentes e com tantas histórias passadas e presentes para contar...As viagens que fiz, as pessoas que conheci e se tornaram amigos inesquecíveis e, por vezes apenas um silêncio, uma imagem, uma recordação. Os convívios que por vezes fazemos, as comemorações de datas específicas, como por exemplo os 25 anos da ESA e agora os 30 anos do IPCB, são sem dúvida momentos muito gratificantes. Também o trabalho em equipa, no que diz respeito por exemplo à execução de projectos, desde a candidatura até à elaboração do relatório final e da divulgação dos resultados, são momentos inesquecíveis de trabalho diurno e nocturno, de profundas discussões, de enormes tensões e proporcionalmente de enorme satisfação nos resultados e metas alcançadas. Adora jardinagem e faz parte do Clube de Leitura Readcom, projecto europeu que tem como parceiro o IPCB através da ESE. "Memórias de Adriano", de Margueritte Yourcenar, é o seu livro de eleição. Apaixonada pela vida, tem como cor preferida o azul, "como o céu ou a imensidão do mar", e dois filmes de referência: Casablanca e África Minha. As viagens tem-na acompanhado ao longo da vida e a que mais deseja fazer agora é descobrir a Índia.



Carlos Antunes fez toda a sua formação superior na Escola Superior Agrária do IPCB, desde o bacharelato até ao mestrado. Formado em Produção Animal, o Director Industrial da Danone Portugal, desde 2002, onde começou como Chefe de Turno de Laboratório, continua a comer, no mínimo, dois iogurtes por dia, um a meio da manhã e outro a meio da tarde. Gosta muito dos iogurtes de ananás mas considera o stracciatella “fora de série”. Actualmente gere cerca de 110 pessoas e tem um orçamento de fábrica na ordem dos 60 milhões de euros. A sua ambição é transformar a fábrica da Danone, em Castelo Branco, na melhor do mundo.

Esteve para desistir dos estudos no 9º ano e, mais tarde, pensou seguir a carreira militar, mas nada disso aconteceu na vida de Carlos Antunes, 44 anos, Engenheiro de Produção Animal, formado pelo IPCB/Escola Superior Agrária.

Director Industrial da Danone Portugal tem como ambição colocar no topo mundial a fábrica localizada na Zona Industrial de Castelo Branco, embora já esteja nos primeiros lugares.

A carreira deste gestor de topo foi feita na Danone Portugal onde começou como Chefe de Turno de Laboratório, em 1990. Desde esse ano foi sempre a subir, primeiro como Chefe de Turno de Produção, depois como Controlador Industrial, e mais tarde como Chefe de Produção e de Manutenção. Neste percurso teve apenas um interregno, em 2001, em que esteve em Valencia, Espanha, como Controlador Industrial de uma fábrica que estava a encerrar e de outra que estava a começar.

Carlos Antunes define-se como uma pessoa que gosta de fazer as coisas acontecerem - "tanto na minha vida profissional como na minha vida pessoal gosto de pegar em algo, transformá-lo e depois olhar para aquilo e saber que está diferente. Uma capacidade que me identifica muito é que consigo ver as coisas em bruto e imaginá-las como é que elas vão ficar no fim e isso facilita muito". Sempre gostou de bricolage e "aos 7 ou 8 anos já fazia instalações eléctricas em casa e aos 15/16 já as fazia nas casas dos vizinhos, sem nunca ter formação nessa área". Filho de um marceneiro, Carlos Antunes confessa que pegava nas ferramentas do pai e fazia os seus próprios brinquedos. É ainda essa vontade diária de transformar que motiva o gestor da Danone Portugal.

Uma atitude, confessa, que se acentuou com a formação superior obtida no IPCB/ESA, primeiro no bacharelato (1989) e depois na licenciatura (2002). "Quando entrei na ESA era um garoto, um estudantinho, e quando saí já era uma pessoa que estava disposta a

assumir a gestão de uma quinta. A ESA, mais do que competências deu-me uma atitude". Afirmo que a aquisição de conhecimentos, as visitas que efectuaram a fábricas e às maiores explorações agrícolas e a convivência que tinham com os professores, lhe deram uma abertura de espírito e um à-vontade capaz de enfrentar outros desafios". E o desafio foi aceitar, em 1990, o cargo de Chefe de Turno de Laboratório na fábrica que pouco tempo antes tinha sido adquirida à Ilophil pelos espanhóis e onde estes "queriam implementar outra gestão e recrutar gente com formação superior". Carlos Antunes lembra que do IPCB foram recrutadas mais de uma dezena de pessoas que hoje são quadros superiores muito importantes na Danone e noutras empresas: para além de si, um é director de uma fábrica em Espanha, outro faz parte da sua equipa, outro está na equipa de logística, outro é responsável pelo Laboratório e outro ainda, que embora tenha entrado mais tarde, é hoje o responsável pela recolha de leite na Península.

A ligação que entretanto acabou por se estabelecer entre o IPCB/ESA e a Danone tem vindo a ser reforçada o que já permitiu mesmo haver "projectos que já foram exportados para países como o México".

Muito por influência de ter estudado no IPCB/ESA, Carlos Antunes vive, desde há algum tempo no campo, ". Diz que "um indivíduo que se forma em Produção Animal e depois acaba director de uma fábrica de iogurtes a gerir pessoas, a definir estratégias e a fazer apresentações, sente a falta de ambiente rural. Em determinada altura isso proporcionou-se e acabei por adquirir uma quinta na periferia de Castelo Branco onde tenho quase um jardim zoológico com ovelhas, porcos, galinhas, cães, pombos e até uma burra". É também no campo que pratica o seu hobby preferido: a caça.

Como pessoa que gosta de fazer coisas encara as férias como uma "chatices" pois, a não ser que as utilize para fazer algo construtivo, baixam-lhe a adrenalina do dia-a-dia.

PERFIL



O IPCB é a sua segunda família. Maria de Fátima Silva, 48 anos, podia ser hoje geógrafa mas quis o destino que se tornasse a primeira funcionária a ser recrutada pela Comissão Instaladora da Escola Superior Agrária do IPCB, poucos meses depois de esta ter tomado posse. O curso de dactilografia, tirado numas férias de Verão, na altura do Secundário, mudou-lhe o rumo de vida. Hoje, passadas quase três décadas, não está arrependida de ter optado por começar a trabalhar no IPCB em vez de ter ido para Coimbra a estudar. Actualmente, é Assistente Técnica, em Biblioteca e Documentação, e frequenta o Mestrado em Ciências Documentais.

Maria de Fátima Martins Rolo Mota Silva cresceu com o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Ainda não tinha feito 20 anos já Fátima Silva estava no mundo do trabalho. A carreira profissional - pode dizê-lo - fica a dever-se ao curso de dactilografia feito durante o Verão, enquanto estudante do secundário. Estava à espera de entrar para a Faculdade - onde ainda se chegou a matricular, em Coimbra - quando recebeu a proposta para executar em casa uns trabalhos esporádicos de dactilografia para o Dr. António Belo, membro da recente Comissão Instaladora da Escola Superior Agrária. Estava-se no início de 1981.

De início, quem dactilografava a correspondência da Comissão Instaladora da ESA era a mãe de Fátima Silva, funcionária da Direcção de Regional Agricultura onde António Belo era quadro superior. "O Dr. Belo pediu para que fosse eu a fazer esse serviço em casa porque nas instalações alugadas da Rua João de Deus ainda não havia luz nem água. E assim foi durante mais ou menos 15 dias". Depois, Fátima Silva começou a colaborar com a Comissão Instaladora da ESA alguns dias por semana "sobretudo quando o Prof. Pinto de Andrade vinha a Castelo Branco. Nessa altura era só eu e os membros da Comissão Instaladora da ESA, Prof. Pinto de Andrade, Dr. António Belo e o Eng. Leonel Magalhães. Só depois começaram a ser recrutadas

outras pessoas", acrescenta.

O IPCB estava a dar os primeiros passos e Fátima Silva ganhava uma nova família. "Éramos poucos - recorda - e por vezes íamos trabalhar aos fins-de-semana. Nós, eu, a Lena e a Irene é que içávamos a bandeira aos sábados à noite ou domingos de manhã".

Quando as actividades lectivas da ESA tiveram início, em 1983, Fátima Silva "muda-se para a Qt. da Sr.^a de Mércules, onde se mantém até hoje. Em 1984, durante 4 meses, frequentou, em Lisboa, o Curso de Técnicos Auxiliares de Biblioteca e Documentação o que lhe permitiu, no ano seguinte, passar de Escriturária dactilógrafa a Técnica Profissional de Biblioteca e Documentação. "Embora tenha iniciado funções como Escriturária dactilógrafa fazia de tudo um pouco, o que foi excelente para a minha aprendizagem. Hoje não estou nada arrependida de ter optado pelas funções relacionadas com Biblioteca e Documentação (BD). Gosto do que faço".

Incapaz de se acomodar, Fátima Silva esperava pela oportunidade para progredir a nível académico e profissional. Como em Castelo Branco não havia um curso de licenciatura que estivesse relacionado com as suas funções, a técnica profissional de BD optou, em 2006, por mudar do curso de Geografia, da Universidade

de Coimbra, onde esteve matriculada, para Serviço Social, no IPCB/ESE. A ideia que esteve sempre presente na sua cabeça foi a de concluir, o mais rápido possível, a licenciatura para se inscrever numa pós-graduação ou num mestrado na área das suas funções, o que concretizou - actualmente, frequenta o Mestrado de Ciências Documentais, na Universidade da Beira Interior.

Natural de Salvaterra do Extremo, 1962, Fátima Silva tem 3 filhos "com idades bastante separadas, o que é bom pois ajudam-se uns aos outros". Viajar com a família, "sobretudo cá dentro, para conhecer os recantos de Portugal", é um dos momentos de lazer que gosta de praticar. Ler é outra actividade que não dispensa. Estar ocupada é um vício - "tenho que estar sempre a fazer alguma coisa"- mas o sossego dos fins de noite são realçados.

Em resposta ao desafio de relembrar histórias engraçadas não hesita em recordar a boa disposição com que o Prof. Pinto de Andrade encarava as pequenas "partidas" que de vez em quando lhe pregavam, como aquela em que lhe substituíram parte do açúcar do pacote para o café por sais de fruto, e a visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva à ESA - "andava tão rápido que o resto da comitiva parecia ter rodinhas nos pés".

A ESART no Contexto da Oferta Pública das Artes Visuais

Fernando Manuel Raposo
Docente do IPCB

Criada em Julho de 1999, a Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco (ESART), tendo vindo a crescer e a consolidar-se num quadro caracterizado pela crescente oferta na área das artes visuais, sobretudo no litoral do país.

O fluxo da procura dos cursos de artes visuais da ESART tem sido ligeiramente influenciado pela evolução do número de vagas nos cursos de Artes Plásticas, Design, Arquitectura, Audiovisuais e Produção dos Media e Educação Visual e Tecnológica, no período de 2000 a 2007.

O número de vagas nesta área evoluiu de 1750 para 2553, verificando-se, assim, um aumento de 45,9%. Este aumento tem sido mais acentuado na área do Design, Audiovisuais e Produção dos Media, representando, em 2007, um crescimento de 93,4% (1383), relativamente a 2000 (715 vagas).

Também nas Artes Plásticas se assistiu a um aumento do número de vagas, no período em referência, embora de forma

menos acentuada, correspondendo esse aumento a 51,4%. Na Arquitectura, verificou-se a mesma tendência, embora não tão evidente (39,6%). Apenas no Ensino da Educação Visual e Tecnológica (EVT) se verificou uma diminuição muito acentuada, sobretudo entre 2003 e 2007, sendo disponibilizadas, neste último ano apenas 50 vagas, correspondendo essa redução a 80,8%.

Se tivermos em consideração a oferta por tipo de instituições (universidades e politécnicos), verifica-se que o aumento das vagas, na globalidade dos cursos, foi maior nas instituições de ensino politécnico (65,8%), relativamente às universidades (32,8%), isto apesar da redução do número de vagas nos cursos de Educação Visual e Tecnológica, leccionados nos Institutos Politécnicos. Contudo, o número de vagas nas Universidades continua a ser mais elevado, representando, em 2007, 1436 vagas contra 1117, nos Institutos Politécnicos.

Essa diferença para mais nas universidades fez-se à custa do número de vagas em Arquitectura (628) e em Artes Plásticas (302).

No domínio do Design, Audiovisuais e Produção dos Media a oferta é muito superior nas instituições de ensino superior politécnico (877), relativamente às universidades (506).

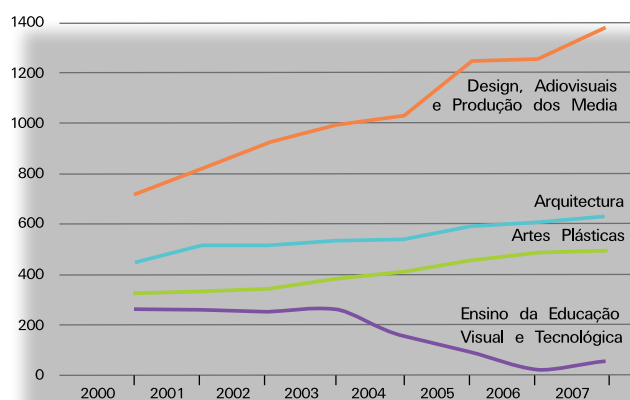
Tendo em conta a distribuição das vagas por todo o território, a maioria das vagas concentra-se no litoral ou muito próximo do litoral (2053), representando esta 80,4%. Ao invés a oferta no interior (435) e nas ilhas (65) limita-se aos 19,6%.

Considerando a distribuição da oferta por regiões, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que apresenta maior número de vagas (910), seguindo-se a região Centro com 745 vagas e a região Norte com 558 vagas.

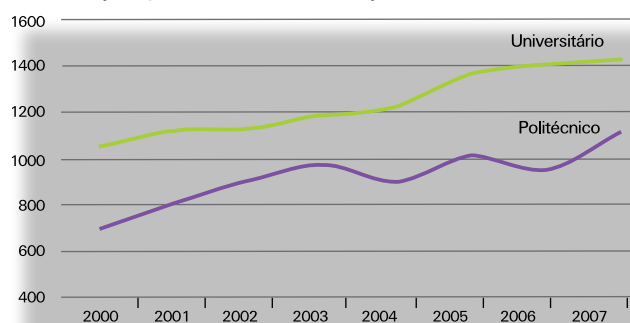
Um outro aspecto que se deve ter em conta, no contexto da oferta e no processo de harmonização do ensino superior, tem que ver com as condições de acesso e formação de base dos candidatos ao ensino superior.

Na generalidade dos países da união europeia, o acesso dos candidatos ao ensino superior está condicionado, não só à conclusão do ensino secundário, como à realização de provas na área da especialidade a que se candidata, à apresentação de portfólio e à realização de entrevista. Em Portugal, pelo contrário, das trinta e quatro instituições de ensino consultadas apenas cinco exigem que, para além da obtenção de aproveitamento às provas específicas, os alunos façam pré-requisitos, traduzindo-se estes na demonstração da capacidade visual e motora e da apresentação de atestado médico.

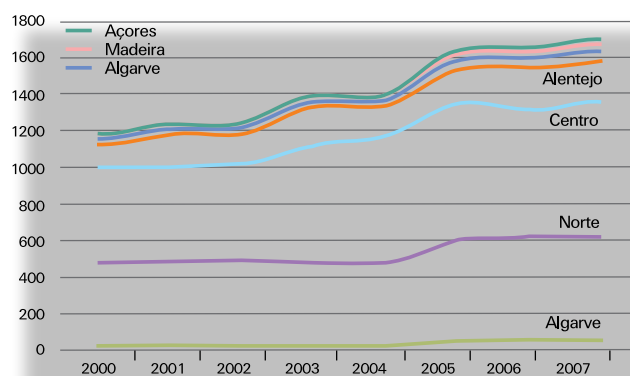
Estão neste caso a Universidade de Évora, a Faculdade de Belas Artes do Porto, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.



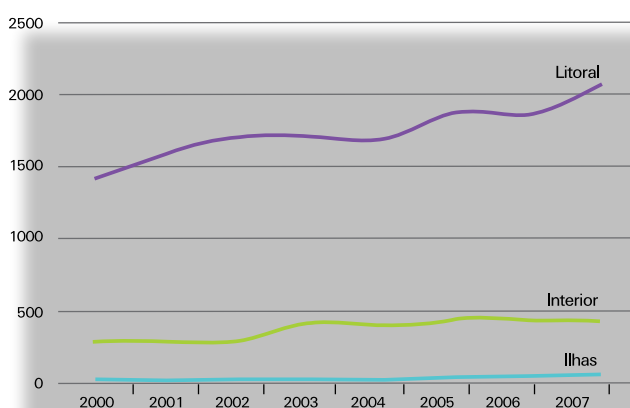
Distribuição por Áreas de Formação



Distribuição das Áreas por Tipo de Ensino



Distribuição de Áreas de Formação por Regiões



Distribuição das Áreas por Local de Ensino

De acordo com o Guia de Acesso ao Ensino Superior de 2008/2009, da Direcção Geral do Ensino Superior, verifica-se que o acesso à generalidade dos cursos da área das Artes Visuais está dependente da conclusão do 12º Ano e da obtenção com aproveitamento de uma das seguintes provas específicas: Desenho, Geometria Descritiva ou História da Cultura e das Artes. Contudo, nalguns casos, o acesso pode depender da realização da prova específica a Matemática, Física ou Química ou Português. Assim com a prova específica de Matemática, os estudantes podem candidatar-se aos cursos de Design de Produto e Artes Plásticas e Multimédia da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo; ao curso de Design e Marketing de Moda da Universidade do Minho; aos cursos de Design e Design de Media Interactivos da Universidade da Madeira e ao curso de Artes Plásticas e Multimédia. Podem ainda candidatar-se ao curso de Design de Media Interactivos da Universidade da Madeira com a prova específica de Física ou Química.

Nalguns casos, com a prova específica de Português, os candidatos podem aceder aos cursos de Arte e Design, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança; Artes Plásticas e Multimédia da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém e Design de Ambientes, Design de Cerâmica e do Vidro, Design Gráfico e Multimédia e Design Industrial da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha do Instituto Politécnico de Leiria.

De acordo com o Relatório das Áreas Científicas de Artes Plásticas e Design do Ministério da Ciência, Investigação e do Ensino Superior, coordenado

por Isabel Sabino (2005:68), “é cada vez mais generalizada na Europa a exigência de concursos de acesso aos cursos artísticos, que somam à avaliação da experiência anterior, patente no diploma de estudos do ensino secundário. Em Portugal, pelo contrário, pode não haver uma relação directa, entre o curso a que se candidata e a formação de base do ensino secundário.

Ainda na opinião do Grupo de Missão, tem-se verificado, ao longo dos últimos anos, uma forte erosão das cargas horárias das disciplinas de formação artística no ensino secundário, pelo que a formação de base dos alunos que acedem ao ensino superior é mais débil, relativamente aos colegas do espaço europeu.

Para o Grupo de Missão, a resolução das debilidades de formação não passa apenas pela adopção de medidas pontuais, ao nível de “alterações curriculares e de programas”: tem de se levar em conta o tempo julgado necessário para a experimentação e desenvolvimento de competências requeridas em qualquer processo de criação artística. Como se enfatiza naquele relatório, “... do mesmo modo que um futuro bailarino deve exercitar-se várias horas por dia, ou um aspirante a pianista deve praticar também intensivamente, um futuro artista plástico ou designer precisa de um treino diário”.

No sentido de uma maior harmonização do ensino superior e da qualidade do ensino na área das artes visuais em Portugal, importa que sejam definidos os mesmos critérios de acesso e seja racionalizada a oferta pública tendo em conta o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todo o território nacional.



IPCB e IPC assinam protocolo

Decorreu no passado dia 30 de Abril, no Centro de Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova, a assinatura de um protocolo entre o IPCB e o Instituto Politécnico do Coimbra (IPC), representados pelos seus Presidentes, respectivamente, Carlos Maia e Rui Antunes. Ao abrigo do protocolo assinado, as duas instituições passam a partilhar os recursos e os financiamentos concedidos ao Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS) pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Financiamento Plurianual de Unidades de I&D.

A assinatura do protocolo decorreu durante as I Jornadas dos Bolseiros de Integração na Investigação do CERNAS onde 14 bolseiros, estudantes das Escolas Superiores Agrárias de Castelo Branco (ESACB) e de Coimbra (ESAC), apresentaram comunicações com os resultados do trabalho de investigação desenvolvido ao longo do ano em que foram bolseiros.

O CERNAS (AGR-Centro-681) é uma Unidade de I&D que tem como instituições de acolhimento a ESACB e a ESAC. Único centro de investigação na área das ciências agrárias em toda a Região Centro, o CERNAS tem como objectivo fundamental o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico nas áreas dos recursos naturais, da ciência alimentar, do ambiente e do desenvolvimento, numa base de multidisciplinaridade, cruzamento sectorial e desenvolvimento horizontal. Actualmente, com mais de 100 investigadores integrados, o CERNAS constitui massa crítica empenhada em identificar e contribuir para a solução dos problemas reais da Região e do país através do estabelecimento de sinergias com o tecido empresarial.

De acordo com a direcção da ESA, a assinatura deste protocolo facilitará a gestão das verbas anuais atribuídas pela FCT aos investigadores da Escola Superior Agrária do IPCB integrados do CERNAS.



IPCB apoia fábrica Meskliflower

O IPCB e a empresa Meskliflower - Fabricação de Alimentos para Animais de Companhia, sediada em Idanha-a-Nova, assinaram, no dia 24 de Maio, um protocolo que tem por objectivo definir as condições da cooperação no desenvolvimento de projectos nas áreas da Nutrição e Alimentação Animal, da Tecnologia de Produção e Análise de Alimentos e Sementes para Animais de Companhia.

Com a assinatura do documento, o IPCB/ESA compromete-se a prestar à Meskliflower apoio técnico e científico ao nível da nutrição e alimentação animal, da formulação de regimes alimentares, na preparação de misturas de sementes balanceadas para aves de companhia e na formulação de alimentos compostos para roedores de companhia. Por sua vez, a Meskliflower vai possibilitar aos alunos e/ou recém-licenciados do IPCB/ESA a realização de estágios curriculares e/ou profissionais.



IPCB colabora com Methodus Inovação

No passado dia 16 de Julho, o IPCB/EST estabeleceu mais um protocolo com uma empresa na área da Tecnologia situada na região. Trata-se da Methodus Inovação que desenvolve a sua actividade na área da criação de soluções inovadoras baseadas em sistemas de informação para o mercado internacional.

Para o presidente do IPCB, Carlos Maia, “esta é mais uma parceria através da qual o IPCB pretende contribuir para gerar mais-valias para a região através duma colaboração que prevê, além de sinergias na vertente de investigação e desenvolvimento de soluções inovadoras, a realização de eventos conjuntos e permitir que alunos do IPCB/EST, das áreas de Engenharia e Informática, possam estagiar em contexto de trabalho naquela empresa” localizada no Parkurbis da Covilhã. Esta é uma das parcerias que têm vindo a ser estabelecidas na área das novas tecnologias, que têm gerado vários postos de trabalho para os diplomados bem qualificados que o IPCB todos os anos coloca no mercado de trabalho.



IPCB coopera com multinacional

No passado dia 30 de Setembro, o IPCB/EST estabeleceu mais um protocolo com uma multinacional portuguesa de marketing digital que possui um pólo de inovação tecnológica na região. Trata-se da TIMw.e que desenvolve soluções inovadoras de marketing interactivo digital baseadas em tecnologia de ponta e distribuídas à escala global através dos 26 escritórios que a empresa detém em 4 continentes. Para o presidente do IPCB, Carlos Maia, “esta parceria traduz a vontade do IPCB em alargar as suas redes de cooperação e aumentar as suas parcerias estratégicas com empresas da região, mas significa também o reconhecimento da capacidade instalada no IPCB e da mais-valia que poderá constituir para as empresas estarem associadas a uma instituição de ensino superior”. Esta empresa, cujo pólo de desenvolvimento está localizado na Covilhã, “conta já no seu staff com quatro diplomados do IPCB desde Agosto de 2010”.

Poliempreende, um património e legado do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Domingos Santos e Nuno Caseiro
Docentes do IPCB

A promoção do empreendedorismo penetrou as agendas políticas ao diversos níveis, desde o europeu, onde a Comissão Europeia, fez dele um dos principais vectores de reforço da competitividade, até ao nacional e local, onde se vêm afirmando, cada vez mais, políticas que visam premiar a iniciativa empresarial, a inovação e a criação de riqueza. Não existe debate onde não seja aventado quase como panaceia para resolver os problemas estruturais de desenvolvimento, os agentes empresariais usam-no profusamente e os políticos parecem adoptá-lo como emblema dos seus discursos e dos seus programas eleitorais.

O interesse pelo empreendedorismo tem conhecido uma verdadeira explosão nos últimos anos. A sua importância no campo da dinamização socioeconómica e da criação de novas fileiras de actividades tornou-se inquestionável. Em praticamente

todas as economias desenvolvidas se verifica que as novas empresas e as PMEs têm uma contribuição líquida positiva sobre o emprego, enquanto as grandes empresas o vêm destruindo. De um modo geral, é a um pequeno grupo de novas empresas de forte crescimento que está associado o grosso da criação de emprego, o que sublinha o papel determinante que o empreendedorismo deve merecer por parte dos poderes públicos. Parece existir, efectivamente, uma correlação positiva entre o empreendedorismo e o crescimento económico.

O crescimento sustentável baseado na inovação e na qualidade depende de um número cada vez maior de start-ups que apresentam um potencial de criação de mais e melhores empregos. O caminho a percorrer é conhecido – passa pela transformação de conhecimento,

tecnologia e inovação em valor económico, emprego e crescimento. Só assim se conseguirá reestruturar competitivamente o tecido empresarial e criar emprego de elevados patamares de qualificação.

Em Portugal, existe um manifesto défice de cultura empreendedora, o que não é de admirar face a todo o nosso percurso histórico. O que é um facto é que a matriz comportamental da população portuguesa é avessa ao risco, à aposta na inovação e à partilha de uma cultura de dinâmica positiva. Não admira, por tudo isso, que se venham, neste campo, multiplicando os actores e as estruturas de apoio. O léxico

o Poliemprende tornou-se um bom exemplo nacional do que pode ser feito através de um trabalho em rede, cooperativo e organizado. Por outro lado, permitiu a concentração de esforços em torno de uma marca, evitando dispersar energias por um conjunto de iniciativas semelhantes mas desgarradas e de menor dimensão.

e a profusão de neologismos na área do empreendedorismo são, aliás, reflexos da enorme diversidade de agentes que intervêm ao longo dessa cadeia: parques de ciência e tecnologia, tecnopólos, incubadoras, ninhos de empresas, capital semente, capital de risco, business angels, etc. Muitas instituições de ensino superior têm vindo, aliás, a manifestar uma crescente preocupação com esta matéria, lançando concursos e oferecendo cursos específicos sobre empreendedorismo, numa tentativa de abrir novos caminhos de afirmação profissional aos seus diplomados.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco assumiu, desde cedo, este enorme desafio, tendo sido, aliás, pioneiro no lançamento de uma iniciativa que tem vindo a marcar positivamente a paisagem do empreendedorismo de génese académica em Portugal e, cujo objectivo primeiro se centrou no estímulo de uma atitude pró-activa em inovação e no despertar do espírito empreendedor entre a comunidade discente e docente. Com a sua primeira edição, em 2003, o Poliemprende – Concurso de Empreendedorismo de Base Politécnica - iniciou um interessante trajecto de crescimento e consolidação que neste momento abarca a totalidade dos Institutos Politécnicos do país.

Após as suas duas primeiras edições, desenvolvidas exclusivamente no IPCB, foi feita uma edição piloto em parceria com o Politécnico da Guarda e, no ano seguinte, com 5 politécnicos do interior, nomeadamente: Beja, Bragança, Guarda, Portalegre e Tomar. Na 5ª edição a iniciativa ganhou uma dimensão assinalável, uma vez que se convidaram todos os Politécnicos do país a implementarem a iniciativa na sua academia, promovendo-se um concurso de empreendedorismo de âmbito nacional. O sucesso da iniciativa foi reconhecido e sob a égide Poliemprende (marca, aliás, registada em nome do IPCB) surgiram mais duas edições cuja coordenação tem sido alternada entre os parceiros. O futuro próximo parece poder passar já por um processo de internacionalização, através da participação dos PALOP.

Neste percurso merecem ser salientados alguns aspectos que nos parecem importantes e passíveis de replicação noutros contextos. Por um lado, a procura de parcerias com entidades que à primeira vista podemos encarar como concorrentes. Esta postura, para além de ter possibilitado uma aprendizagem mais rápida, pois permitiu

carrear para a iniciativa um maior número de experiências e conhecimentos, deu-lhe também uma dimensão mediática que o tornou apetecível para entidades patrocinadoras. Nesse sentido, o Poliempreende tornou-se um bom exemplo nacional do que pode ser feito através de um trabalho em rede, cooperativo e organizado. Por outro lado, permitiu a concentração de esforços em torno de uma marca, evitando dispersar energias por um conjunto de iniciativas semelhantes mas desgarradas e de menor dimensão. Por fim, este projecto foi desenvolvido com total respeito pelas especificidades locais e regionais de cada participante, permitindo a organização da iniciativa da forma mais conveniente e ajustada a cada uma dessas situações. O Poliempreende envolve, actualmente, 16 politécnicos, 300 escolas, 7.000 docentes e mais de 100.000 alunos. De salientar ainda que, através deste concurso, surgiram já 22 empresas (havendo outras 36 em fase de criação), tendo-se registado 10 patentes.

A par desta iniciativa, é de salientar o esforço recente, no IPCB, de introdução de unidades curriculares e de módulos de Empreendedorismo nos planos de estudo dos cursos ministrados. Esta é uma aposta clara no conhecimento deste tema mas também no fomento de atitudes diferentes nos nossos alunos. Há um ponto que nos parece igualmente claro. A mudança não pode ser única e exclusivamente uma mudança no sentido do empreendedorismo dos alunos, das pessoas, mas tem de ser das próprias organizações, da própria instituição. Portanto, dificilmente teremos efectivamente jovens empreendedores enquanto não tivermos escolas e instituições de ensino superior empreendedoras, enquanto não tivermos docentes (não serão todos, mas um número significativo)

com características empreendedoras e em que haja uma maior aproximação entre aquilo que é o mundo académico e o mercado, com o que tudo isso implica. Esta mudança é possível, a introdução desta nova agenda no meio académico, ajuda a centrar o discurso e a atenção da instituição, levando a que os intervenientes se apercebam desses novos desafios, se questionem e, gradualmente, alterem as suas rotinas e comportamentos. Por outro lado, com as recentes alterações legislativas de enquadramento da carreira

O Poliempreende envolve, actualmente, 16 politécnicos, 300 escolas, 7.000 docentes e mais de 100.000 alunos. De salientar ainda que, através deste concurso, surgiram já 22 empresas (havendo outras 36 em fase de criação), tendo-se registado 10 patentes.

docente é expectável uma mudança de atitude dos professores ao procurarem novas formas de valorizarem a sua actividade e a sua investigação. Por fim, os alunos ao trabalharem os seus projectos acabam, também, por procurar a ajuda de docentes, levando-os, não raramente, a envolver-se nessas iniciativas. É muito importante que os jovens também se apercebam, atempadamente, de que a sua carreira profissional tem de estar muito mais dependente destas características do que, simplesmente, do facto de terem um diploma, o velho “canudo”.

O mercado de trabalho está a mudar. A conclusão de uma graduação já não é nenhum escudo protector dos recém-diplomados contra o perigo do desemprego. Esta nova

geração precisa, evidentemente, de saber como actuar num quadro de crescente flexibilidade, insegurança, complexidade e de mudanças constantes do mercado de emprego. Parece inquestionável que, gostemos ou não, o mercado convencional de emprego está a desaparecer. Os jovens diplomados precisam de se dotar de novas armas, como a inovação e uma grande diversidade de competências. Precisam, cada vez mais, de pensar na criação do seu próprio emprego.

O fomento do espírito empreendedor é uma aposta clara na valorização do individuo através do desenvolvimento de uma atitude e postura dinâmica, que extravasa a mera criação de iniciativas empresariais. Um individuo com uma atitude empreendedora, com capacidade de detecção de oportunidades e de desenvolvimento de soluções com algum grau de inovação pode ser certamente um importante agente de mudança para a organização onde trabalhe, criando valor e sendo valorizado por isso. Este é um aspecto de vital importância, pois nem todos quererão ou poderão criar empresas. O desenvolvimento de uma atitude empreendedora pode fazer toda a diferença no mercado de trabalho e no desenvolvimento de iniciativas já existentes.

Torna-se, também por isso, obrigatório repensar a oferta e a organização educativa vigente, obrigando a escola a dialogar mais com parceiros privilegiados, como desde logo, as associações empresariais e os próprios empresários. É preciso abrir a escola a estes desafios, não apenas abordando conteúdos empresarialmente relevantes (ao nível da gestão, do marketing, dos recursos humanos, etc.), mas levando as turmas a visitar empresas, a discutir com empresários, a falar com jovens empreendedores e, de um modo geral, criando mais espaços de fruição circum-escolares que possam

constituir meios efectivos de enriquecimento social e pessoal. Alguns estudos concluíram que a exposição ao ambiente empresarial é um factor crítico que aumenta muito a probabilidade de os jovens encetarem projectos autónomos de negócio. O estabelecimento de vínculos entre as escolas, as empresas e a comunidade é, por certo, um elemento-chave para responder a este problema.

As instituições de ensino superior, enquanto organizações historicamente responsáveis pela formação de recursos humanos para a sociedade, vêm sendo, de certa forma instigadas, se não intimadas, a participar activamente das mudanças e processos sociais emergentes, como o do fomento do empreendedorismo. Existe, hoje, claramente, a percepção de que a sociedade está a pedir ao ensino superior muito mais do que a clássica formação de recursos humanos e a investigação.

Se era urgente desafiar as instituições portuguesas de ensino superior a repensarem as suas estratégias de forma a enquadrarem o fomento do empreendedorismo entre os seus objectivos de acção, importa fazer o sublinhado de que o IPCB soube estar à altura dos tempos e da grandeza dos desafios. Desde cedo, à semelhança do que sucedeu no contexto internacional entre muitas instituições de ensino superior de topo, assumiu o repto de desenvolver uma cultura de estímulo ao empreendedorismo, através da implementação de estratégias integradas de investigação, de revisão curricular, de renovação dos métodos de ensino/aprendizagem e de promoção de concursos de estímulo ao espírito empreendedor. Agora que comemora o seu trigésimo aniversário, essa aposta é já, claramente, um património de que o Instituto Politécnico de Castelo Branco se pode, e deve, orgulhar.

Inglês no Ensino Superior: Oportunidade e necessidade

Margarida Morgado
Docente do IPCB

Uma reflexão preliminar sobre as sociedades actuais revela-as multilingues, interculturais e inseridas em redes globais a níveis económicos, políticos, sociais e linguísticos. Nelas as competências que permitem derrubar barreiras nacionais e comunicar globalmente são de importância crescente.

Introdução

Haverá muitos que se interrogam sobre a recente medida tomada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de integração nos planos de estudos do instituto de uma unidade curricular obrigatória de língua estrangeira (por exemplo, inglês) num dos semestres de cada curso de 1º ciclo (licenciatura). Será que os alunos não chegam ao ensino superior com as competências necessárias (de inglês) para estudar e trabalhar? Se não as trazem, será que é mesmo importante possuir essas competências? Estas são algumas das perguntas que se ouvem na comunidade académica e que enquadram uma problemática mais vasta que procurarei abordar de forma simples: o lugar das línguas estrangeiras – e em particular do inglês – no ensino superior: para que serve, como se desenvolve e os desafios ou oportunidades que apresenta na actualidade.

Uma reflexão preliminar sobre as sociedades actuais revela-as multilingues, interculturais e inseridas em redes globais a níveis económicos, políticos, sociais e linguísticos. Nelas as competências que permitem derrubar barreiras nacionais e comunicar globalmente são de importância crescente.

Se não restam dúvidas de que a língua inglesa, nas suas muitas versões, continua a viver uma curva ascendente de popularidade, nem sempre os actuais e os futuros professores de língua inglesa e os outros agentes que a usam no ensino superior se mostram informados sobre as muitas “faces” da língua inglesa, nem do seu lugar relativo a outras línguas maternas e segundas num mundo em processo de globalização. Com base em factores económicos e demográficos para o século XXI, Graddol salienta que mais línguas ocuparão o topo da pirâmide linguística de falantes, para além do inglês, nomeadamente o chinês, o hindu/urdu, o espanhol e o árabe, enquanto o francês, o alemão e o japonês declinarão

em estatuto. As alterações das hierarquias linguísticas estão em marcha e Graddol anuncia que no século XXI se assistirá, por um lado, à perda de muitos milhares de línguas mundiais e, por outro, a um acréscimo de variedades linguísticas híbridas a partir do contacto cada vez maior das línguas estrangeiras com o inglês.

As necessidades do ensino superior

Portugal tem pouca ou nenhuma tradição na oferta de ciclos de formação ao nível do ensino superior que combinam estudos de língua (estrangeira) com uma outra vertente de formação não linguística (por exemplo, inglês e solicitadoria).

Em cursos de vertente não linguística, a situação mais comum é a que permite aos alunos escolher uma opção de língua estrangeira ao longo de um ou mais semestres ou serem obrigados a frequentar um a dois semestres de língua estrangeira. Pode dar-se ainda o caso, mais comum nas universidades do que nos institutos politécnicos, de certas unidades curriculares, ou módulos de uma unidade curricular, serem leccionados, em Portugal, em língua estrangeira (por exemplo, inglês) para atender aos números de estudantes ERASMUS em mobilidade ou porque o docente convidado não é português e encontra no inglês a língua ideal de comunicação. Em alternativa, muitas instituições oferecem aos alunos a possibilidade de frequentarem cursos de língua estrangeira em Centros de Línguas criados para esse fim, como descreveremos mais à frente.

Nos cursos não linguísticos (os cursos linguísticos são os que formam os alunos nas áreas das línguas estrangeiras, literaturas, tradução, linguística, etc.) a língua estrangeira ensinada - restrita geralmente a uma ou duas grandes línguas de comunicação internacional, como sejam o inglês e o espanhol - é geralmente

orientada para servir as necessidades académicas dos alunos, sejam elas ler ou contactar com vocabulário especializado, recriar situações profissionais ou preparar-se para um período de estudos no estrangeiro.

No geral, o que caracteriza as instituições de ensino superior, e em particular as do ensino superior politécnico, no que respeita a alunos de cursos não linguísticos é uma escolha limitada de línguas estrangeiras que se podem aprender; um número limitado de unidades curriculares de língua estrangeira; poucas horas de contacto para aprendizagem da língua estrangeira; poucos créditos atribuídos à unidade curricular de língua estrangeira; e um número muito pequeno de alunos que escolhem aprender (ou continuar a aprender) uma língua estrangeira quando ela é opcional. Ora, esta realidade é uma fraca resposta às necessidades dos mercados globais, nos quais o inglês é a língua de comunicação internacional.

Difícilmente se consegue hoje, num mundo académico e profissional cada vez mais interdisciplinar e internacional, integrar uma equipa multilingue sem se usar o inglês como língua de comunicação. A maioria dos projectos transnacionais actuais requer competências linguísticas e interculturais ditas 'globais' que são, essencialmente, vinculadas a modos de fazer e pensar anglófonos. Um meio de comunicação global como é a Internet, apesar dos esforços de várias entidades europeias e mundiais para o abrir a outras línguas e culturas, confirma a centralidade do inglês como língua de interface, língua internacional de comunicação e língua de divulgação de resultados científicos e académicos.

Oportunidade: centros de línguas

Muitas instituições de ensino superior apostaram na criação de centros de línguas,

como atesta a recém-criada RECLES Associação da Rede de Centros de Línguas do Ensino Superior, sediada no Instituto Politécnico de Castelo Branco e afiliada na sua congénere europeia CERCLES (Confédération Européenne des Centres de Langues dans l'Enseignement Supérieur). Os centros de línguas das instituições do ensino superior procuram responder directamente às necessidades pragmáticas dos alunos e, muitas vezes, prestam também serviços à comunidade envolvente, sedimentando relações entre as instituições de ensino superior e o tecido produtivo envolvente. Os cursos que ministram são geralmente transversais a todas as escolas da instituição e enquadrados em actividades de extensão, enquanto os serviços que prestam – de consultadoria linguística, tradução ou outros – reflectem a constante procura de actualização científica e técnica na área das línguas e a transferência de conhecimento para as empresas da investigação nacional e internacional realizada nesta área.

As mudanças são novas oportunidades

Uma língua nunca é apenas língua, mesmo quando apenas usada como 'língua estrangeira' ou 'língua internacional'; é também cultura, modo de vida, de organizar o pensamento, de expor ideias e de organizar a realidade. Na utilização de uma língua internacional como o inglês jogam-se relações de poder e de representação do que globalmente é considerado importante ou relevante. A importância do inglês no mundo tem sido acompanhada por uma rendição incondicional das comunidades académicas aos pontos de vista e perspectivas anglófonas dominantes. Contudo, tem igualmente gerado reacções antagónicas diversas que exprimem aversão e insatisfação ou acção concertada

para impor, paralelamente ao inglês, outras línguas internacionais (como o espanhol).

David Graddol, num estudo de 1997, deixava muito claro que aquilo a que chamamos 'inglês' é uma linguagem em transição que adopta formas novas que reflectem culturas e linguagens locais, já que nunca houve língua tão falada por todo o mundo e por tanta gente cuja língua materna não é o inglês. O inglês é a língua mais usada para fins específicos, como sejam o desenvolvimento científico e tecnológico, as indústrias de entretenimento ou a Internet. Mais significativo, no entanto, é o facto de o ensino/aprendizagem da língua inglesa ter evoluído de língua estrangeira mais falada no mundo para segunda língua de muitos falantes geograficamente espalhados pelo mundo.

Para além das formas diversas de 'inglês', com que somos hoje confrontados, e a ausência de um modelo de autoridade para o ensino/aprendizagem do inglês, assistimos à aprendizagem do inglês em contextos e para fins específicos (para os negócios, a banca, a área farmacêutica, etc.) que promovem junto dos estudantes competências comunicativas que serão diferentes das de falantes nativos.

Novos modos de aprendizagem de línguas

Às transformações internas da própria língua inglesa falada internacionalmente importa adicionar dados sobre os objectivos e metodologias da aprendizagem. A aprendizagem do inglês para fins específicos, que é tão característica do ensino superior em Portugal, tem apresentado alguns rumos de desenvolvimento que têm passados despercebidos ao público em geral. Referirei apenas três que me parecem possuir grande potencial de desenvolvimento ao nível da aprendizagem e da investigação académica

própria do ensino superior: aprendizagem em linha, aprendizagem autónoma e metodologias CLIL, deixando para a conclusão dois aspectos complementares à aprendizagem de línguas: comunicação intercultural e tradução.

Aprendizagem de línguas em linha

As novas tecnologias de informação e comunicação alteraram significativamente os modos de aprendizagem e as teorias/metodologias de ensino, em especial no que diz respeito à necessidade de constante actualização (como por exemplo em relação à aprendizagem de línguas estrangeiras por telemóvel e por MP3 e i-pod ou a utilização de moodles, plataformas de e-learning, b-learning ou blogs). Pouco tem sido divulgado a este nível no ensino superior em Portugal, embora as experiências realizadas em território nacional e em outros países europeus sejam de sucesso.

Aprendizagem autónoma de línguas

A aprendizagem autónoma da língua estrangeira em laboratórios de línguas ou em posto de trabalho em linha não conhece grande sucesso entre os aprendentes do ensino politécnico, a não ser quando integrado em actividades lectivas (por exemplo, actividades de laboratório de línguas numa unidade curricular obrigatória). Decorre geralmente em centros áudio-visuais e multimédia pensados como centros de recursos de aprendizagem que podem ser usados pelos alunos a qualquer hora e para qualquer finalidade.

Existe abundância de sítios electrónicos em linha que podem ser usados para aprender uma língua estrangeira, de forma autónoma ou semi-autónoma. O grande problema para o aprendente reside em seleccioná-los,

sentir que são fidedignos e correctos e manter um horário de estudo que permita a evolução de aprendizagem.

Existem possibilidades interessantes por parte dos diversos departamentos não linguísticos de uma instituição de ensino superior no desenvolvimento, em colaboração com os docentes da área das línguas ou com o centro de línguas, de um conjunto de instrumentos de aprendizagem autónoma de uma língua particular que se revista de relevância para determinado curso, como por exemplo, o espanhol para enfermeiros ou o tétum para especialistas da área da agricultura que desejem deslocar-se a Timor Leste.

CLIL

A introdução de metodologias CLIL (content and language intergated learning) começa a revolucionar a aprendizagem no ensino básico, secundário e universitário na Europa. Estas metodologias privilegiam essencialmente a aprendizagem de conteúdos não linguísticos em simultâneo com a aprendizagem de uma língua estrangeira. Pode-se ensinar química em inglês, por exemplo, ou de modo linguístico dual, em português e em inglês. O método requer uma cooperação intensa entre os professores de química e de inglês, ou o estabelecimento de uma parceria entre professores de uma mesma área disciplinar de dois países ou de uma mesma instituição.

No ensino superior têm-se ensaiado muitas formas de aprendizagem com características semelhantes, que não seriam porém classificadas como CLIL em termos formais, seja sob a forma de um período de estudos do aluno em outro país, onde é obrigado a seguir aulas e a realizar trabalhos numa língua estrangeira, seja sob a forma de unidades curriculares que se iniciam num estabelecimento de ensino de um país e que se terminam noutra. Os benefícios para os alunos são evidentes,



essencialmente porque os alunos possuem a possibilidade de pôr em prática os seus conhecimentos linguísticos enquanto prosseguem os seus estudos.

Do ponto de vista dos docentes, a aprendizagem integrada de conteúdos e língua estrangeira fica geralmente a cargo de um docente especialista em vez do tradicional professor de língua, ou de um docente especialista coadjuvado por um professor de língua. O professor especialista deve ser idealmente nativo da língua estrangeira ou bilingue, mas na prática assiste-se ao trabalho conjunto do professor especialista com o professor de língua na elaboração de materiais e preparação de metodologias e abordagens que permitam aos alunos beneficiar da aprendizagem simultânea de conteúdos curriculares de uma determinada área e a língua estrangeira usada nesses contextos.

Aspectos complementares à aprendizagem de línguas

Comunicação intercultural

Em Portugal a importância dos estudos na área da comunicação intercultural associados à aprendizagem de línguas tem sido escassa. No entanto, num mundo global a comunicação intercultural é de suprema importância. Enquanto competência, a comunicação intercultural tem sido associada programaticamente à aprendizagem das línguas estrangeiras, embora de forma fluida e sem possibilidade de aferição. Em que consiste esta competência? De forma muito genérica refere-se à capacidade empática de ver e sentir pelos olhos de outros e de integrar essas novas perspectivas em termos de conhecimento pessoal ou de formação de identidades plurais. Esta é a competência básica que nos permite funcionar em sociedades multiculturais ou trabalhar globalmente; é ela também que nos permitirá melhor entender, a nível

internacional e global, hierarquias de poder subjacentes (que podem ser linguísticas, culturais, sociais) nas interações do global com o nacional e o local.

A competência de comunicação intercultural é uma das competências mais valorizadas no presente. As sociedades de capitalismo tardio actuais são altamente competitivas, os seus mercados são globais e voláteis, o que as move são os negócios e o que as alimenta são as migrações em massa de trabalhadores inseridos em esquemas de trabalho flexível, em equipas multi-profissionais e multi-nacionais. Aos profissionais que trabalham nestas condições são exigidas a capacidade de negociação da diversidade cultural de forma positiva e a capacidade de reflexão crítica sobre sistemas complexos de organização e interacção.

Ninguém duvida que os estudantes actuais necessitarão de interagir com eficácia nas suas vidas privadas, cívicas e profissionais com pessoas de muitas outras culturas. Naturalmente que as competências necessárias deixam de se centrar no inglês como língua internacional de comunicação para relevar a necessidade de utilização de várias línguas e de ser capaz de compreender e usar padrões de comunicação trans-culturais e trans-nacionais.

As directivas europeias apontam para a necessidade dos europeus dominarem com fluência, para além da sua língua materna, mais duas línguas estrangeiras, uma de raiz comum à sua língua materna (no caso português poderia ser o espanhol, o francês, o italiano ou o romeno) e outra de raiz diferente (como o inglês, o alemão ou o finlandês). Apontam igualmente para as aprendizagens de uma língua de comunicação internacional e uma língua menos falada e menos (re)conhecida como língua internacional, que poderá oferecer uma mais-valia em termos de empregabilidade.

O princípio do multilinguismo, tão caro à Europa, é crucial em termos políticos para a manutenção da paridade entre nações, mas também em termos pessoais, porque ao justapor línguas, discursos, estilos e abordagens pedagógicas durante o processo de aprendizagem, os alunos adquirem (ou melhoram) competências de meta cognição e meta linguísticas que os ajudam a reflectir de forma crítica sobre os territórios e culturas associados às línguas.

Tradução e Terminologia

Os estudos de tradução e de terminologia têm enveredado cada vez mais decididamente pela área da 'tradução técnica'. Para além de estudos graduados nesta área para formar tradutores especializados, assiste-se à oferta de seminários e oficinas para especialistas de uma determinada área científica na área da tradução, desde que possuam competências de nível intermédio numa língua estrangeira. Nestas acções de formação, muito úteis para quem pretenda utilizar de forma especializada o inglês ou outra língua estrangeira em relação com o português, os enfoques recaem sobre as potencialidades da tradução assistida por computador, os princípios de criação e utilização de bases de dados terminológicas e a utilização de memórias de tradução, para mencionar alguns dos mais importantes tópicos. Recomendo o sítio ECOLOTRAIN em <http://ecolotrain.uni-saarland.de/index.php?id=702&L=1> para uma breve compreensão das potencialidades destas áreas para investigadores e docentes de áreas não linguísticas no ensino superior para aperfeiçoarem as suas competências numa língua estrangeira.

Conclusão

Em suma, o inglês (nas suas variedades híbridas múltiplas) permite uma rápida

internacionalização da educação. No mundo assistiremos, nas próximas décadas, ao reposicionamento de países em desenvolvimento, cuja língua materna se tornou o inglês, como exportadores de serviços em competição com países cuja língua materna é o inglês, com consequências para a existência de variedades de inglês aceites na comunidade internacional.

O inglês é a língua estrangeira mais estudada em Portugal, logo seguida do espanhol. A sua hegemonia manter-se-á inalterada, já que o inglês é a língua estrangeira mais ensinada ao nível da educação básica. Estes são factos conhecidos. Uma tendência significativa será a do aumento de oferta, no espaço do ensino superior português, de unidades curriculares de inglês especializado. As consequências a longo prazo desta prática são a elevação do estatuto do inglês de língua estrangeira para segunda língua (uma língua que se fala em paralelo com a língua materna, numa situação que se assemelha ao bilinguismo).

Aprender uma língua hoje tem pouco a ver com as formas tradicionais de aprendizagem a que nos habituámos. Existem recursos para todos os gostos e necessidades à distância de um clique, formas de aprendizagem associadas essencialmente ao prazer (como ver filmes ou 'surfar' na net), modalidades de aprendizagem que se ajustam ao ritmo de cada um e que conjugam áreas de especialidade com língua estrangeira, programas de mobilidade internacional de estudantes e docentes que lhes permitem aprender uma outra língua em contexto enquanto ensinam, estudam e/ou vivem noutra país e novas possibilidades de trabalho interdisciplinar entre docentes de língua e docentes de áreas disciplinares não linguísticas no sentido de criar os materiais e as metodologias que ensinam simultaneamente conteúdos programáticos e língua estrangeira.

Apesar do desinteresse dos jovens estudantes e dos docentes de áreas não linguísticas em aprender línguas estrangeiras ou em aperfeiçoar as suas competências nesse domínio e da possibilidade de realizarem períodos de estudo e/ou trabalho no estrangeiro e de acolherem anualmente colegas de outros países, aprender uma língua estrangeira e as competências interculturais e interlinguísticas a ela associadas é crucial na sua preparação académica e profissional. O importante é que as instituições de ensino superior em Portugal trabalhem seriamente, ao nível das políticas e das práticas, a motivação de alunos e docentes do ensino superior para aprenderem línguas, mostrando-lhes a sua incontornável relevância para fins académicos e profissionais.

Referências

- Vosicki, B.F. in collaboration with Fraser, T. and Flischikowski, D. (sem data) Organisation of Language Teaching for Students of Other Disciplines in Institutions of Higher Education in Europe. Relatório Thematic Network Project in the Area of Languages. Sub-project 8: Language Provision for Students of Other Disciplines. <http://www.llas.ac.uk/resourcedownloads/1216/switzerland.rtf>
- European Commission. European language policy and CLIL. A selection of EU-funded projects. http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/doc786_en.pdf
- Chen, G. M. (2000). Communication and global society: An introduction. In G.M. Chen & W. J. Starosta (Eds.), *Communication and Global Society* (pp. 1-16). New York: Peter Lang.
- Graddol, D. (1997). *The Future of English*. London: The British Council.
- The New London Group. Cope, B. and Kalantzis, M (eds.) (2000). *Multiliteracies. Literacy Learning and the Design of Social Futures*. London: Routledge.

Aluna do IPCB vence IKEA Design Contest

Liliana Neves, a frequentar o 3º ano da licenciatura Design de Interiores e Equipamento do IPCB/ESART, arrecadou o primeiro prémio IKEA Design Contest, lado a lado com outros dois concorrentes. Já a colega Sofia Rebelo foi distinguida com uma menção honrosa.



Liliana Neves, aluna do IPCB/ESART foi uma das vencedoras da edição de estreia do IKEA Design Contest. A jovem, estudante do terceiro ano na licenciatura de Design de Interiores e Equipamento, conquistou o primeiro lugar na competição, ex-aequo com mais dois alunos do Ensino Superior.

Aquele que é o primeiro concurso de design promovido em Portugal pela empresa de origem sueca começou por analisar os desenhos dos projectos e aprovar 76 candidaturas, entre elas a "Loom Chair" desenvolvida por Liliana Neves.

O IPCB/ESART contou ainda com cinco maquetas adicionais, concebidas pelos alunos Ana Oliveira, Diana Gil, Iolanda Conceição, Margarida Sousa e Pedro Figueiredo, e que, tal como a "Loom Chair", farão parte do conjunto de trinta trabalhos a integrar a mostra retrospectiva sobre a iniciativa que estará patente ao público até ao final do ano no MUDE - Museu do Design e da Moda, em Lisboa.

Do júri fizeram parte representantes da IKEA, Centro Português de Design, ExperimentaDesign, MUDE e Associação Portuguesa de Designers, os quais avaliaram a qualidade conceptual da solução, a inovação e criatividade, bem como o enquadramento na gama de produtos

comercializados pela marca. Recorde-se que as propostas apresentadas a concurso pelos estudantes da ESART foram desenvolvidas na disciplina de Design de Mobiliário e Equipamento II, a cargo dos docentes Raul Cunca e Miguel Estima, segundo uma metodologia baseada no conceito Do It Yourself.

Relativamente aos projectos vencedores, Richard Lagraauw, gestor de planeamento de loja da IKEA Portugal, afirma que "a escolha da LOOM Chair prende-se com o facto de, neste trabalho, se identificarem vários valores do conceito IKEA". Citado mais uma vez pelo blogue Be Mad About Design, sítio oficial do evento na Internet, aquele responsável acrescenta que "o 'Faça você mesmo' destaca-se pela frescura que permite que cada pessoa possa exprimir a sua individualidade e criatividade através da própria peça".

Destinado a jovens portugueses, finalistas do ensino superior nos cursos de design de equipamento ou design industrial, o Ikea Design Contest destina-se a "premiar a criatividade e inovação,

bem como a partilhar experiências e know-how na área dos artigos de decoração e mobiliário para o lar", tendo por objectivo o desenvolvimento de projectos de produtos ou família de produtos para o lar "funcionais e a preços baixos", ainda que de momento não esteja prevista a produção das propostas premiadas.

Os vencedores foram contemplados com uma viagem a Estocolmo, uma das maiores capitais do design, e uma visita guiada ao museu da marca, em Älmhult, também na Suécia, vila onde o pai da IKEA (abreviatura de Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd) criou o conceito da companhia especializada na venda de móveis de baixo custo.



Docentes da EST distinguidos em Espanha



56

Dois docentes do IPCB/Escola Superior de Tecnologia (EST), José Salvado e José Carlos Metrôlho, foram distinguidos, em Espanha, pela actividade que têm desenvolvido em prol do ensino da Engenharia. A homenagem teve lugar no passado dia 15 de Abril, em Ávila, durante a cerimónia de entrega dos prémios da IEEE Education Society, que decorreu no âmbito da primeira edição da Conferência IEEE EDUCON 2010 Engineering Education 2010 – The Future of Global Learning in Engineering Education.

Os professores do IPCB, José Salvado e José Carlos Metrôlho, foram distinguidos com o “Chapter Achievement Award”, prémio que lhes foi entregue pela actual presidente daquela Sociedade, Prof. Susan Lord,

da Universidade de San Diego, Califórnia, EUA, e pelo Prof. Trond Clausen, da Universidade Telemark da Noruega. A distinção é atribuída a nível mundial aos ramos (chapter) da Education Society que se destacam pela actividade que desenvolvem em prol do ensino da engenharia, nas áreas abrangidas pelo IEEE (<http://www.ewh.ieee.org/soc/es/info-chapter-achievement.html>). No ano a que o prémio se reporta (2008-2009), foram diversas as actividades promovidas pelo ramo português, destacando-se a organização e a participação em congressos, workshops, palestras, reuniões a nível nacional e ibérico e o apoio a actividades desenvolvidas por estruturas de estudantes daquela organização.

Projecto BioAromas ganha prémio

O projecto BioAromas, projecto para a Promoção da Transição para a Vida Pós Escolar de alunos com Necessidades Educativas Especiais permanentes, consolidado a partir de uma necessidade da Unidade de Ensino Estruturado da Escola Básica Secundária Pedro da Fonseca, em parceria com o Município de Proença-a-Nova, o Centro de Ciência Viva e a ESA, recebeu o Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira, atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

O Prémio foi entregue aos galardoados numa cerimónia pública, a 28 de Julho de 2009, na Mãe d'Água das Amoreiras – Museu da Água, em Lisboa. O projecto Bioaromas pretende oferecer aos alunos envolvidos, uma experiência de iniciação pré profissional em contexto de trabalho, actividades que os possam preparar para uma possível via profissionalizante. O projecto incide sobre a produção de plantas aromáticas e medicinais tendo a colaboração logística e técnica do município de Proença-a-Nova, do Centro de Ciência Viva e do IPCB, no sentido de tornar o projecto mais consistente na prossecução dos seus objectivos.

Educação para os Média premiada

O projecto Educação para os Média no Distrito de Castelo Branco, da responsabilidade da docente do IPCB Helena Menezes, e financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo jornal Reconquista, acaba de ser distinguido com um prémio internacional atribuído pela Associação Mundial de Jornais e de Editores de Notícias, no concurso de 2010. O prémio será entregue em São Francisco, EUA, no próximo mês de Novembro.

Os resultados do concurso foram anunciados recentemente, em Paris e na cidade alemã de Darmstadt, tendo sido distinguidos projectos de 17 jornais de países como a Polónia, Singapura, Reino Unido, Rússia, Índia, Noruega, Alemanha, China e Turquia. O projecto da Professora Helena Menezes recebeu uma menção especial do júri, na categoria de Jornais e Educação, atribuída ex-aequo ao jornal australiano The Age. Esta menção especial refere que estes dois projectos são exemplos a acompanhar de perto.

Melhor estágio da Região Centro

Sandra Dias, licenciada em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Animal pelo IPCB/ESA, foi homenageada pela Ordem dos Engenheiros, numa sessão solene integrada no XII Encontro Regional do Engenheiro, que decorreu a 29 de Maio de 2010, em Anadia. O seu estágio formal para acesso à Ordem, subordinado ao título “Utilização de Linho na Alimentação de Bovinos Vocacionados para a Produção de leite, do Efectivo da Escola Superior Agrária de Castelo Branco”, foi seleccionado pelo Colégio de Engenharia Agronómica como o melhor Estágio da Região Centro, apresentado em 2009.

O trabalho realizado teve como principal objectivo avaliar o efeito que a substituição de gordura saturada por linho extrudido na alimentação de vacas leiteiras exerceu sobre a composição da gordura do leite. Sandra Dias, 33 anos, nasceu em França, em Caen, na região da Normandia. Detentora do grau de mestre em Produção Animal, Sandra Dias é Técnica Superior do IPCB a desempenhar, actualmente, funções de responsabilidade nos sectores de Bovinicultura e Suinicultura da ESA.



30 Anos

Instituto Politécnico
de Castelo Branco



1980

Tomada de Posse das
Comissões Instaladoras
da Escola Superior Agrária
e Escola Superior de Educação

1984

Visita do Secretário
de Estado do Ensino Superior
e do Director Geral
do Ensino Superior

1985

Visita e
Minist

O início



1985

Visita do Primeiro
Ministro Cavaco Silva.

Visita do Presidente
da República General
António Ramalho Eanes

Entrada em funcionamento
das instalações definitivas da ESE

1987

Visita do Ministro
da Educação António
de Deus Pinheiro

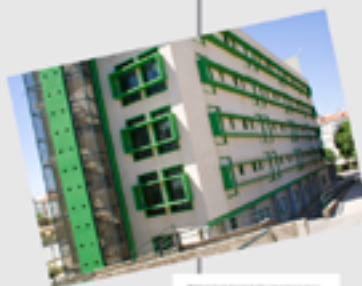
1989

Visita do Ministro
da Educação
Roberto Carneiro.

Inauguração do novo
edifício da ESA



Instituto Politécnico
de Castelo Branco



1990

Início das Obras
da Residência
de Castelo Branco

Numero zero da Revista
da ESA da Agroforum

1991

Criação da ESTIG
- Escola Superior
de Tecnologia e Gestão

1995

Inauguração dos Serviços
da Presidência e Residência
Feminina

Primeiro número
Revista Educare

1996

Tomada de posse
do Presidente do IP
Valter Lemos

Inauguração das ins
da ESTIG no Camp
da Talagueira

Década de 90



1997

CB,

Primeiro número
Boletim Polinfor

Instalações
us

Extinção da ESTIG
e criação da Escola
Superior de Tecnologia
e da Escola Superior de Gestão

1998

Visita do Ministro
Adjunto do Primeiro
Ministro, António
José Seguro

1999

Visita do Ministro Adjunto
do Primeiro Ministro José Sócrates.
Inauguração da pista de tartan da ESA
Visita do Ministro da Educação,
Eduardo Marçal Grilo
Criação da ESART



30 Anos

Instituto Politécnico de Castelo Branco



2000

Visita do Presidente da República, Jorge Sampaio

2001

Integração da Escola Superior de Enfermagem Dr. José Lopes Dias no IPCB

Criação da ESALD

2002

Primeiro número da Revista GESTIN

2004

Visita do Primeiro Ministro, D. José Manuel Barroso
Visita da Ministra da Educação, D. Graça Carvalho

Anos 2000



2005

2008

2009

Primeiro
Turão Barroso

Ministra
Jo, Maria
Carvalho

Tomada de posse
do Presidente do IPCB,
Ana Maria Vaz

25º Aniversário
do IPCB

Inauguração do Refeitório
na Residência de Estudantes III

Primeiro número
da Revista
Convergências

Inauguração das Instalações
da ESALD pelo Ministro da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior,
Mariano Gago

Tomada de posse do Presidente
do IPCB, Carlos Maia



Instituto Politécnico
de Castelo Branco

AO SERVIÇO DO CONHECIMENTO E DAS PESSOAS

CURSOS DE LICENCIATURA, MESTRADO E ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA NAS ÁREAS DA:

Educação e Formação de Professores
Artes, Comunicação e Multimédia
Ciências Empresariais e Direito
Engenharias e Informática
Ciências Biológicas e Alimentares
Saúde e Protecção Social
Turismo, Desporto e Serviços

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL

Projectos nacionais e internacionais

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Consultadoria e Realização de Estudos
Serviços Laboratoriais nas áreas Biológicas e Tecnológicas
Viveiro Florestal
Desenvolvimento de Projectos e Ideias de Negócio
Cursos de Línguas e Traduções
Concepção e Desenvolvimento de Aplicações Informáticas
Concepção e Produção de Audiovisual



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
Agrária



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Saúde
Dr. Lopes Dias



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Artes Aplicadas



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Gestão



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Tecnologia

www.ipcb.pt

Av. Pedro Álvares Cabral N.º 12 Castelo Branco, 6000-084